



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
DIRECÇÃO NACIONAL DE ENSINO SECUNDÁRIO

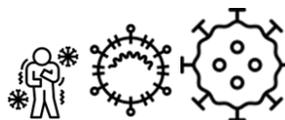
Historia

12ª Classe

O meu caderno de actividades



STOP SIDA



STOP COVID -19

FICHA TÉCNICA

Título:	<i>O meu caderno de actividades de História - 12ª Classe</i>
Direcção:	Gina Guibunda & João Jeque
Coordenação	Manuel Biriarte
Elaboradores:	Salvador Sumbane, Nárcia Bonnett & Isac Malombe
Concepção gráfica e Layout:	Hélder Bayat & Bui Nguyet <i>Eduardo Mondlane, Noemia de Sousa e Samora Machel</i>
Impressão e acabamentos:	MINEDH
Revisão:	Isaías Mulima & Rui Manjate
Tiragem:	xxx exemplares.

PREFÁCIO

No âmbito da prevenção e mitigação do impacto da COVID-19, particularmente no processo de ensino-aprendizagem, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano concebeu um conjunto de medidas que incluem o ajuste do plano de estudos, os programas de ensino, bem como a elaboração de orientações pedagógicas a serem seguidas para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, foi elaborado o presente Caderno de Actividades, tendo em consideração os diferentes conteúdos programáticos nas diferentes disciplinas leccionadas no Ensino Secundário. Nele é proposto um conjunto alargado de actividades variadas, destinadas a complementar as acções desenvolvidas na aula e também disponibilizar materiais opcionais ao desenvolvimento de competências pré-definidas nos programas.

A concepção deste Caderno de Actividades obedeceu à sequência e objectivos dos programas de ensino que privilegiam o lado prático com vista à resolução dos problemas do dia-a-dia e está estruturado em três (3) partes, a saber: I. Síntese dos conteúdos temáticos de cada unidade didáctica; II. Exercícios; III. Tópicos de correcção/resolução dos exercícios propostos.

Acreditamos que o presente Caderno de Actividades constitui um instrumento útil para o auto-estudo e aprimoramento dos conteúdos da disciplina ao longo do ano lectivo. O mesmo irá permitir desenvolver a formação cultural, o espírito crítico, a criatividade, a análise e síntese e, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades para a vida.

As actividades propostas no Caderno só serão significativas se o caro estudante resolvê-las adequadamente, com a mediação imprescindível do professor.

“Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade!”


CARMELITA RITA NAMASHULUA
MINISTRA DA EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO HUMANO

UNIDADE DIDÁCTICA 1: HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE



SÍNTESE	6
1. Periodização da História de Moçambique	6
1.1 Os conceitos de Periodização e cronologia	6
1.2 Os Períodos da História de Moçambique	6
1.3 A Problemática das Fontes da História de Moçambique.....	8



EXERCÍCIOS	9
-------------------------	---

UNIDADE DIDÁCTICA 2: MOÇAMBIQUE: DA COMUNIDADE PRIMITIVA AO SURGIMENTO DAS SOCIEDADES DE EXPLORAÇÃO



SÍNTESE	12
As Primeiras comunidades em Moçambique - Breve Resumo	12



EXERCÍCIOS	12
-------------------------	----

UNIDADE DIDÁCTICA 3: OS ESTADOS DE MOÇAMBIQUE E A PENETRAÇÃO MERCANTIL ESTRANGEIRA



SÍNTESE	15
3.1 Os primeiros estados em Moçambique	15
3.1.1 O estado do zimbabwe	15
3.1.2 O Estado dos Mwenemutapa	16
3.1.3 Os Estados Marave	19
3.2 A Penetração Mercantil Estrangeira.....	23
3.2.1 Penetração mercantil árabe -persa	23
3.2.2 Penetração mercantil portuguesa	24
3.3 As novas unidades políticas em moçambique	28
3.3.1 Estados Militares do Vale do Zambeze.....	28
3.3.2 Os Reinos Afro-Islâmicos Da Costa	30
3.3.3 O Mfecane e o Estado de Gaza.....	30



EXERCÍCIOS	34
-------------------------	----

UNIDADE DIDÁCTICA 4: O PERÍODO IMPERIALISTA



SÍNTESE	38
4.1 Do Período mercantil ao Imperialismo	38
4.1. O Papel específico de Portugal na Penetração Imperialista.....	39
4.2. As Fronteiras de Moçambique	39
4.3 O Estado colonial Português em Moçambique.....	40
4.3.1 A cononquista militar	41
4.3.2 Resistência e conquista no sul de Moçambique	42



EXERCÍCIOS	58
-------------------------	----

UNIDADE DIDÁCTICA 5: O COLONIAL –FASCISMO: 1930 – 1974



SÍNTESE	66
5.1 O Nacionalismo Económico de Salazar	66
5.2 A Resistência à dominação colonial.....	68

EXERCÍCIOS	69
-------------------------	----

TÓPICOS DE CORRECÇÃO/SOLUÇÕES	74
--	----



BIBLIOGRAFIA	76
---------------------------	----



SÍNTESE

1. Periodização da História de Moçambique

1.1 Os conceitos de Periodização e Cronologia

Periodização é a divisão dos acontecimentos históricos em grandes épocas, destacando as características principais que distinguem um período do outro.

O que define período histórico não é um certo número de anos, mas, sim, a permanência e a sequência dos acontecimentos.

Cronologia é a listagem dos acontecimentos por datas, começando pelo mais antigo até ao mais recente. Veja o exemplo que segue de uma Cronologia da história recente de Moçambique.

1.2 Os Períodos da História de Moçambique

I Período – Comunidades de Caçadores e Recolectores ou Khoisan (até ao século III/IV)

- Predomínio da técnica lítica;
- Economia recolectora (baseada na caça e recollecção);
- Imediatismo produção/consumo;
- Organização social baseada em bandos, sem classes sociais e sem Estado;
- Prática da primeira arte rupestre (pinturas rupestres).

II Período – Comunidades de Agricultores e Pastores Bantu

- Introdução da agricultura, metalurgia do ferro e pastorícia – transição da economia recolectora para a economia produtora;
- Surgimento de comunidades sedentárias semipermanentes;
- Organização das comunidades em linhagens ou segmentos de linhagens;

- Surgimento do excedente e de classes sociais.

III Período - Moçambique e a Penetração Mercantil Estrangeira – 800 - 1890

Com duas fases:

1.ª Fase Afro-Asiática

- Início da exploração intensiva dos recursos naturais;
- Delimitação dos grupos etno-linguísticos em Moçambique;
- Intercâmbio comercial entre Moçambique e o mundo extra-africano;
- Surgimento dos primeiros Estados em Moçambique: Zimbabwe (Manyikeni), Mwenemutapa e Marave;
- Surgimentos dos primeiros núcleos islamizados na costa Norte de Moçambique.

2.ª Fase Europeia

- Fixação portuguesa em Sofala e Ilha de Moçambique e início do conflito entre portugueses e árabes;
- Ciclo do ouro, formação dos prazos e desagregação do estado dos Mwenemutapa;
- Ciclo do marfim, desenvolvimento e desagregação dos Marave;
- Ciclo de escravos e emergência de novos estados em Moçambique (Estados Militares do Vale do Zambeze, Ajaua, Reinos Afro-Islâmicos da Costa);
- Formação e desenvolvimento do Estado de Gaza;
- Conferência de Berlim (1884/5).

IV Período - Moçambique e a Agressão Imperialista - 1890 - 1974/5

Compreende três etapas:

1. 1890 - 1930 (dominação do capital internacional)

- Campanhas militares de ocupação e montagem do estado colonial;
- Surgimento, no Centro e Norte de Moçambique, de companhias majestáticas e arrendatárias, dominadas por capitais estrangeiros;
- Acordos com a Rodésia do Sul e África do Sul, para a exportação de mão-de-obra moçambicana, construção de infra-estruturas ferro-portuárias e desenvolvimento de plantações.

2. Colonial - Fascismo 1930 - 1962

- Introdução do Nacionalismo Económico de Salazar;
- Extinção dos direitos soberanos das companhias majestáticas e unificação da

administração de Moçambique;

- Introdução das culturas obrigatórias;
- Criação dos colonatos e dos planos de fomento;
- Diferenciação da educação para brancos/assimilados e para os indígenas;
- Transformação das colónias em províncias ultramarinas;
- Aumento da contestação interna e formação dos movimentos nacionalistas.

3. Crise e Reestruturação do Colonialismo

- Abolição formal do indigenato e das culturas obrigatórias, e a introdução das propriedades dos colonos;
- Fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO);
- Desencadeamento da luta armada e emergência das zonas libertadas;
- Portugal adopta a política das portas-abertas com o objectivo **de internacional a guerra em Moçambique;**
- Golpe de estado em Portugal e assinatura dos acordos de Lusaka;
- Instalação do governo de transição em Moçambique;
- Independência de Moçambique.

V Período - Moçambique Pós-Independência

1. Fase monopartidária (1975 – 1990/94)

- Institucionalização do Estado de Orientação Socialista;
- Desenvolvimento de uma economia dirigida:
 - Planos económicos: PEC, PPI, PRE, PRES.
- Guerra civil;
- Constituição de 1990;
- Acordo de Paz.

2. Fase multipartidária (1990/1994 aos nossos dias)

- Eleições legislativas multipartidárias;
- Introdução de uma democracia parlamentar;
- Economia de mercado.

1.3 A Problemática das Fontes da História de Moçambique

As Fontes Históricas

Fonte histórica é "Tudo aquilo que exprime o homem, um indício que revela a presença, actividade, sentimentos, mentalidade do homem".

A noção de fonte histórica abarca textos, monumentos, observações de toda a ordem, sinais, palavras, paisagens, etc. Em resumo, fonte histórica é "**tudo o que nos pode informar sobre o passado dos homens**".

Existem diferentes tipos de fontes:

Fontes Escritas - manuscritas ou impressas, incluem inscrições, jornais, cartas, documentos oficiais, etc. Dividem-se em:

- a) **Epigráficas** – inscrições gravadas em materiais duros como a pedra, o bronze, ou a cerâmica. Geralmente são textos curtos, com fins comemorativos, funerários, etc.
- b) **Arquivísticas ou Diplomáticas:** documentos de carácter oficial (diplomas, tratados, etc); ou de carácter jurídico (escrituras notariais, actas de assembleias, inventários, sentenças, registos paroquiais, Legislação geral ou especial, documentação geral, etc).
- c) **Literários ou Narrativas:** livros, oratória, anais e crónicas, hagiografias, narrativas diversas.

Fontes Materiais ou Arqueológicas - vestígios materiais do homem (fósseis, restos de utensílios domésticos, monumentos, objectos de arte ou paisagens com marcas dos homens que a trabalharam).

Fontes Orais - informações transmitidas de geração em geração sob a forma de conto, lenda e outras formas, com o objectivo de transmitir a memória dos antepassados.

Documentos gravados ou audiovisuais - transmitido por sons ou imagens (fita magnética, disco, cilindro, desenho, pintura, mapa fotografia, filme, microfilme, etc).



EXERCÍCIOS

1. Assinale a frase que melhor define cronologia.

- A. Lista que mostra os períodos de ocorrência dos acontecimentos.
- B. Divisão dos acontecimentos históricos em grandes épocas, destacando as características principais.
- C. Listagem dos acontecimentos por datas, começando do mais antigo até ao mais recente.
- D. Forma de organização dos acontecimentos no tempo e no espaço.

2. Periodização é:

- A. a forma de organização dos acontecimentos no tempo e no espaço.
- B. a divisão dos acontecimentos históricos em grandes épocas, destacando as principais características.
- C. a listagem dos acontecimentos por datas, começando do mais antigo até ao mais recente.
- D. uma operação metodológica da história.

3. Faça corresponder as acolunas A e B, de modo a obter a concordância entre os acontecimentos da coluna A e os respectivos períodos na coluna B.

A. Transferência da capital do Estado de Gaza de Mandlakazi para Mussorize.	1. I Período – Comunidades de Caçadores e recolectores ou Khoisan (até século III/IV)
B. Fundação das feitorias de Tete e Sena.	2. II Período – Comunidades de Agricultores e Pastores Bantu
C. Envio de Lourenço Marques para a Baía de Maputo.	3. III Período - Moçambique e a penetração mercantil estrangeira - 800 – 1890
D. Criação de zonas libertadas em Moçambique,	4. IV Período - Moçambique e a agressão imperialista - 1890 - 1974/5

4. Escreva no espaço correspondente o tipo de fonte descrita.

Descrições	Tipo de fonte
A. Vestígios materiais do homem (fósseis, utensílios, monumentos, etc.).	
B. informações transmitidas de geração em geração sob a forma de conto, lenda, etc.	
C. Documentos de carácter oficial (diplomas, tratados, etc); ou de carácter jurídico (escrituras, sentenças, etc).	
D. Inscrições gravadas em materiais duros como a pedra, o bronze ou a cerâmica.	
E. Livros, oratória, anais e crónicas, hagiografias, narrativas diversas.	
F. Transmitido por sons ou imagens (fita magnética, disco, filme, etc).	

5. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas, sobre as fontes da História de Moçambique.

Afirmações	V/F
A. Uma das maiores heranças do período colonial em Moçambique foi o rico espólio de fontes escritas.	
B. Embora de origem colonial, as fontes escritas são os materiais mais completos e úteis para a reconstrução da história de Moçambique.	
C. As fontes da História de Moçambique são dominadas por descrições de natureza etnográfica, memórias dos viajantes e legislação colonial.	
D. Para a reconstituição da História de Moçambique, dispomos de informações escritas fiáveis e abundantes.	
E. As fontes escritas de origem colonial não dão relevo apenas aos aspectos que mais interessavam aos colonos como as rotas, as características dos povos a conquistar, etc.	
F. Com a independência do país surgiu uma vaga de historiadores nacionais que procurou fazer uma reproblemática da história do país.	
G. Em Moçambique as fontes escritas são escassas.	
H. A fonte oral é a mais credível de todos os tipos de fontes que se podem usar.	



SÍNTESE

As Primeiras Comunidades em Moçambique - Breve Resumo

	Khoisan (Caçadores e Recolectores)	Bantu (Agricultores e Pastores)
Economia	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Actividades: caça e recollecção;</i> • <i>Divisão natural do trabalho;</i> • <i>Imediatismo, produção/consumo;</i> • <i>Instrumentos - em pedra, madeira, ossos (pouco aperfeiçoados).</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Actividades: Agricultura e Pastorícia;</i> • <i>(metalurgia do ferro, caça, pesca, olaria - complementares);</i> • <i>Divisão natural do trabalho.</i> • <i>Instrumentos: ferro, madeira ...</i>
Organização Social	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ausente, pelo menos de forma permanente, vivendo as pessoas em bandos instáveis;</i> • <i>Nomadismo.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>1ªs formas de organização social (família, clã, tribo);</i> • <i>Sedentarismo.</i>



EXERCÍCIOS

1. As actividades económicas das primeiras comunidades Bantu eram:

- A. Caça e recollecção C. Agricultura e caça
B. Agricultura e pastorícia D. Agricultura e comércio

2. A divisão de trabalho entre os Bantu era ...

- A. na base da especialização. C. na base do género e idade.
B. na base do parentesco. D. na base da camada social.

3. Entre os Bantu, o solo era património das linhagens, cabendo ao chefe:

- A. Expropriá-la em seu benefício C. Distribuí-la segundo seus caprichos
B. Distribuí-la aos membros da linhagem D. Cedê-la a quem pagasse mais

- 4. A palavra Bantu designa:**
- A. Um conjunto de tribos e raça com características diferentes
 - B. Um conjunto de línguas com características diferentes
 - C. Um conjunto de línguas com características comuns
 - D. Todos os estrangeiros que vinham a Moçambique
- 5. As actividades económicas das comunidades Bantu permitiram o desenvolvimento de sociedades:**
- A. Nómadas
 - B. Sedentárias
 - C. Seminómadas
 - D. Comunitárias
- 6. Os povos Bantu trouxeram consigo a técnica do uso de instrumentos de:**
- A. Pedra
 - B. Bronze
 - C. Ferro
 - D. Madeira
- 7. As primeiras comunidades Bantu procuraram estabelecer-se em:**
- A. Zonas áridas
 - B. Zonas fluviais
 - C. Zonas semidesérticas
 - D. Zonas de floresta
- 8. A fixação Bantu é produto de um processo de expansão encetada a partir:**
- A. Da orla noroeste das grandes florestas congolenses
 - B. Da bacia do rio Nilo através do vale do Rift
 - C. Da costa oriental da África
 - D. Da bacia do rio Zambeze através do vale do Rift
- 9. As relações permanentes de produção entre os Bantu são determinadas pela:**
- A. Prática da caça e pesca
 - B. Prática de trocas comerciais
 - C. Prática da actividade agrícola
 - D. Prática da pastorícia
- 10. O lobolo era uma prática através da qual os chefes estabeleciam as relações entre as linhagens**
- A. No Sul de Moçambique
 - B. No Centro de Moçambique
 - C. No Norte de Moçambique
 - D. Ocidente de Moçambique
- 11. Qual dos grupos etno-linguísticos abaixo não é patrilinear?**
- A. Changana
 - B. EMakua
 - C. Shona
 - D. Ndau

12. Assinale as características das sociedades de Moçambique após a fixação Bantu.

- A. Prática da agricultura, pastorícia e da religião islâmica
- B. Prática da agricultura, pastorícia e sedentarização das populações
- C. Imediatismo produção-consumo, surgimento das classes sociais
- D. Predominância da caça e recolção e prática da religião islâmica

13. Todas são características do estado EXCEPTO...

- A. A monopolização do poder
- B. A descentralização política
- C. Institucionalização da hierarquia política
- D. Legitimação racional e reconhecimento

14. Qual é o principal suporte, a razão de ser, do estado?

- A. A racionalidade
- B. O poderio militar
- C. A Constituição
- D. O carisma do chefe



SÍNTESE

3.1 Os primeiros estados em Moçambique

3.1.1 O estado do Zimbabwe

Constitui um dos exemplos típicos dos estados que em Moçambique surgiram e/ou desenvolveram ligados ao comércio a longa distância praticado com os árabes, primeiro, e com os portugueses e outras nacionalidades, mais tarde.

O estado do Zimbabwe foi um dos primeiros, senão mesmo o primeiro a surgir no território que é hoje Moçambique, se bem que a sua maior parte se localizasse no actual Zimbabwe. Existiu entre 1250 e 1450.

A palavra Zimbabwe (plural madzimbabwe) significa casa de pedra e a designação de estado do Zimbabwe advém do facto de as classes dominantes terem feito rodear as suas habitações por amuralhados de pedra.

Sobre o significado e importância dos madzimbabwe tudo leva a crer que, para além da ostentação do poder, eram importantes instrumentos físicos de domínio de uma classe e sobretudo de protecção. Essas construções eram feitas em zonas altas e rodeadas de construções das populações camponesas, o que sustenta, portanto, este ponto de vista de muitos historiadores.

Como vimos o estado forma-se tendo como premissas básicas a existência de classes sociais com interesses contrários, o que leva à luta de classes e, conseqüentemente, a pertinência de uma força para manter o referido conflito a níveis controláveis e habitáveis.

No território que é hoje Moçambique a diferenciação social não apareceu com a prática de comércio com os árabes, mas é um facto que esta actividade acelerou e generalizou como fenómeno social. As populações que habitavam o planalto zimbabweano eram da cultura Leopards Kops, baseada na agricultura e na mineração em grande escala e evoluíram para um estado centralizado, sob o

impulso do comércio a longa distância.

O comércio não criou o estado do Zimbabwe, mas desempenhou um papel importante ao criar condições para o alargamento do padrão de consumo a aumentar as ambições territoriais dos chefes. Com efeito a necessidade de quantidades cada vez maiores de ouro para responder às exigências do comércio levou a anexações e alianças políticas entre comunidades, um processo que é visto como de delimitação das fronteiras do estado do Zimbabwe.

O estado do Zimbabwe não era uma unidade geográfico-administrativa contínua. Era constituído por uma capital com as características já descritas e vários centros regionais de igual aspecto.

A diferenciação social era bem nítida no estado do Zimbabwe, como sugere a concentração dos bens de prestígio no interior dos amuralhados enquanto o exterior se encontra repletos de artigos menos valiosos.

Em Moçambique (actual) encontrava-se localizado o Zimbabwe de Manyikeni, a 50 km de Vilankulo, província de Inhambane. Este foi habitado entre 1170/80 e 1610/70. Mais do que centro de uma dinastia, Manyikeni foi, pela sua localização, um importante entreposto comercial que controlava a baía de Vilankulo e permitia o rápido escoamento de mercadorias.

O abandono de Manyikeni deveu-se à implantação portuguesa em Sofala e na ilha de Moçambique e a fragmentação do estado Zimbabwe nos estados Butua e Mwenemutapa.

3.1.2 O Estado dos Mwenemutapa

Formação

O estado de **Mwenemutapa** nasceu da desintegração do estado do Zimbabwe por volta do ano 1440-1450 quando **Mutota**, juntamente com os seus exércitos, invadiu o planalto zimbabweano, vindo fixar-se em Moçambique.

A decisão de Mutota mudar-se para o próximo do rio Zambeze com uma parte da população Karanga foi motivada pelos seguintes factores:

Políticos: As contradições surgidas entre os chefes dos clãs pelo controlo do comércio com a costa, respectivamente os clãs **Rozwi e Torwa**.

Económicos: O Zambeze é uma óptima via de comunicação e de transporte de produtos.

Demográficos: O aumento populacional numa região pouco fértil, como era o grande Zimbabwe.

Naturais: A redução do caudal das águas do rio Save dificultando a comunicação com a costa.

Formas de conquista

Cerca de 1450, **Mutota**, chefe das populações Karanga, evadindo-se do planalto do Zimbabwe, reúne numerosos guerreiros e, através de violentas campanhas militares, submete a maior parte da população das imediações do Zambeze. Na sequência desta conquista do Norte do planalto zimbabweano pelos exércitos de **Mutota**, desenvolveu-se, entre os rios **Mazoe e Luia**, o centro de um novo estado chefiado pela dinastia dos Mwenemutapa.

Os povos submetidos que tenham sido anteriormente submetidos a chefes Marave, eram, à excepção dos **Tonga**, matrilineares e não falavam a língua shona.

O efectivo de grupo invasor deu origem, no vale do Zambeze, a uma nova etnia, denominada **macorecore**.

Sistema administrativo

O império dos Mwenemutapa era uma aliança de tribos Shona que se agruparam sob a autoridade de um chefe da tribo **Rowzi**. Este reinava como um grande senhor, tendo vários outros reis ou chefes sob a sua autoridade. Estes reis eram obrigados a pagar um imposto anual ao Mwenemutapa.

Os reis vassallos tinham poder administrativo sobre os seus reinos, mas eram obrigados a prestar contas ao Mwenemutapa.

Os principais estados vassallos ou subordinados eram Báruè, Quiteve, Manica, Sedanda, Quissanga e Maúnguè.

Estratificação social

Nos seus traços mais gerais a sociedade shona caracterizava-se pela coabitação no seu seio de dois níveis sócio-económicos distintos: a comunidade aldeã e do outro a aristocracia dominante.

A comunidade aldeã - Era constituído pelo grosso das massas em que se evidenciavam os camponeses.

A aristocracia dominante - A estrutura político-administrativa pode ser representada da seguinte maneira:

1.º Mambo - o chefe supremo

- Mazarira, Inhahanda e Nambuize, que eram três principais esposas do soberano com funções importantes na administração.
- Nove altos funcionários responsáveis pela defesa, comércio, cerimónias religiosas, relações exteriores, festas, etc.

2.º **Fumos ou encosses**, que eram chefes das províncias.

3.º **Mukuro ou Mwenemusha**, que eram chefes das comunidades aldeãs.

- Outras camadas que não faziam parte de nenhum destes grupos eram as dos artesãos que trabalhavam o ouro, o ferro e o cobre nas fazes e nos fornos que pertenciam ao senhor máximo; dos comerciantes que faziam a troca dos produtos locais com mercadores árabes e portugueses, ambos vindos da costa.

Relações aristocracia /comunidade aldeã

A articulação entre a A D e as C A encerrava relações de submissão e exploração materializadas pelas obrigações e direitos que cada uma das partes tinha para com a outra. As comunidades aldeãs (mushas), sob a direcção dos mwenemushas, garantiam com o seu trabalho a manutenção e a reprodução social de toda a sociedade shona com o desenvolvimento de inúmeras actividades não directamente produtivas.

Formas de reprodução do poder

Entre as populações Karanga era muito importante o culto aos antepassados. Os antepassados que representavam a sua história passada exerciam grande autoridade sobre as populações Karanga. Acreditavam que a sua vida só decorreria normalmente se os antepassados quisessem. A chuva, as doenças, as guerras, tudo dependeria da vontade dos antepassados.

Mas como podiam saber aquilo que os antepassados desejam? Era normalmente o Mwenemutapa que servia de intermediário entre os vivos e os antepassados. Além dele existiam algumas pessoas que o povo acreditava terem poderes especiais para dialogar com os antepassados e essas pessoas eram muito respeitadas.

E como é que ele conseguia provar às massas que ele se comunicava com os antepassados?

Sendo considerado de origem divina, o povo acreditava na divindade de Mwenemutapa até ao ponto de não ver a sua cara quando falava. Sempre que o rei se dirigisse ao povo falava atrás de uma cortina. O povo ouvia a sua voz mas sem ver a cara.

Todo esse aparato ideológico, o sistema tributário e o comércio a longa distância contribuíam para assegurar a reprodução do edifício social shona e das desigualdades sociais existentes.

Quanto ao sistema tributário embora de carácter simbólico, cada uma das comunidades aldeãs tinha a obrigação de dar qualquer coisa ao monarca regularmente para além da renda em trabalho de sete (7) dias prestados ao longo do mês.

No respeitante ao comércio a longa distância, até do ponto de vista económico garantia a importação de produtos asiáticos que na sociedade shona ascendia à categoria de bens de prestígio (tecidos, missangas de vidro, louça de porcelana e de vidro, etc.).

Cronologia

1400/50	- Fundação do Estado dos Mwenemutapa por Mutota
1561	Pe. Gonçalo da Silveira chega à corte do Mwenemutapa e tenta baptizar o Mwenemutapa. Pe. Gonçalo da Silveira é morto.
1570	Inicia a expansão Zimba.
1571	Expedição militar de Francisco Barreto ao Mwenemutapa – Fracassou.
1585	Expedição portuguesa contra o chefe macua Mauruça.
1586/89	Ascensão de Gatsi Lucere ao trono após a morte de Negomo.
1607	Gatsi Lucere faz concessões de terras aos portugueses.
1627	Caprazine sucede Gatsi Lucere.
1629	Caprazine destronado pelos portugueses colocando no poder Mavura que faz tratado com os portugueses e é baptizado com o nome de Filipe.
1693	Campanha de Changamire Dombo contra os portugueses. Os portugueses são expulsos.
1695-1719	Todas as feiras de Manica são encerradas na sequência do levante de Changamire Dombo.

3.1.3 Os Estados Marave

A formação

Os estados Marave começaram a formar-se após a chegada, ao sul do Malawi, de emigrantes, provavelmente oriundos da região Luba do Congo, liderados pelo Clã Phiri. Segundo dados arqueológicos, a fixação dos Phiri-Caronga terá ocorrido entre 1200-1400.

Os povos Phiri cuja linhagem dominante era a dos Caronga não constituíram apenas um estado, mas

vários, na medida em que se registaram entre os invasores conflitos dinásticos que levaram à fragmentação do clã original e ao surgimento de novas linhagens que se estabeleceram a Oeste, Sul e Sudeste do território ocupado pelos Caronga, dando lugar a novos estados.

Assim, além do estado dos Caronga, passaram a existir os Estados Undi, Kaphwiti, Biwi, etc., cujo aparelho de estado se confundia com a família reinante e era constituído por indivíduos oriundos do clã original Phiri.

Como é que esses povos migrantes dominaram os povos que aí existiam? Contrariamente ao estado dos Mwenemutapa, cujo processo de conquista foi de natureza militar, a Norte do rio Zambeze entre os povos matrilineares, a ocupação territorial se fez pela conquista da esfera ideológica expressa nos santuários e nos rituais.

Tratou-se, pois, de um processo aparentemente não violento, uma vez que não envolveu acção militar. Foi, sim, um processo pacífico conduzido através da esfera ideológica, por via da absorção gradual dos cultos nativos.

No caso de estado sénior dos Caronga, a mulher espírita do culto Muali foi tornada esposa perpétua do Caronga, enquanto as oficiantes do culto eram substituídas por médiuns masculinos.

No estado Undi, oficiantes nomeados pelos Phiri foram colocados junto da oficiante mediúnica do culto Makewana ligado ao clã local. Uma nova categoria de espíritos foi inoculada no panteão: a dos espíritos dos antepassados dinásticos Phiri, que passaram a ser venerados não apenas como espíritos, mas igualmente e sobretudo como espíritos territoriais. A oficiante do culto era considerada portadora de poderes pluviais, mediúnicos e oraculares e o culto do Makewana tornou-se numa importante força unificadora do estado Undi.

No que diz respeito ao estado dos Lundu, o culto da m'bona sofreu o mesmo tipo da transformação, passando a estar mais associado ao culto dos antepassados Phiri Lundu. A mulher espírita principiou a ser dada pelo Lundu do espírito m'bona.

O gradual domínio dos territórios, através da absorção e adaptação da ideologia local, foi acompanhado por casamentos com mulheres dos clãs nativos. Por exemplo, o Undi casava com mulheres desses clãs e os filhos dos matrimónios eram designados como chefes. Outras vezes, o Undi reinante casava com uma irmã do chefe local.

Controlando os santuários, introduzindo neles os espíritos dos antepassados dinásticos Phiri,

casando com mulheres mediúnicas e com mulheres de clã locais, as classes dominantes dos estados Marave deixaram de ser olhadas como "intrusas". Através desse processo, subtil, na aparência não violento, era possível controlar o meio de produção fundamentalmente, a terra, o que significa que era possível controlar a força do trabalho.

Há evidência de que, já antes da chegada dos Phiri, havia um comércio regular com os swahili-árabes que penetravam no vale do Zambeze e chegavam até ao Chire. Os Phiri passam a monopolizar esse intercâmbio.

A Economia nos estados Marave

Nos estados Marave a agricultura constituía a base da economia. Em geral era uma agricultura itinerante sobre queimadas, feita com enxada de cabo curto, que tinha como principais culturas a mapira, o milho, a mandioca e leguminosas nas terras altas.

Além da agricultura os Marave produziam e comercializavam enxada de ferro em grande escala. Nos séc. XVII e XIX, as enxadas de metalurgia Marave constituía um dos produtos mais exportados pelo porto de Quelimane.

Fazia parte das actividades produtivas Marave o fabrico e venda de tecidos de algodão, chamados "machiras". Eram tão elevadas a quantidade e qualidade do machira que até puderam resistir à competição de tecidos de origem indiana e provocaram com frequência pânico na coroa portuguesa, que tinha muitos lucros dos direitos aduaneiros cobrados pela entrada dos tecidos da Índia. Ainda dos estados Marave, saía também o sal que era adquirido por mercadores Ajaua e Bisa.

Estrutura Sócio-política

Os estados Marave possuíam um aparelho muito complexo, considerando o exemplo do estado de Undi cujos imensos territórios abrangiam a parte Norte da província de Tete. O chefe da aldeia denominava-se Fumo ou Mwene-mudzi, a seguir estava o chefe territorial conhecido por Mwenedziko, por seu turno seguido por um chefe provincial, encarregado de uma série de territórios, conhecido por Mambo e no topo estava o Undi.

Cada chefe era servido por um conjunto de conselheiros denominados Mbili e havia ainda um corpo de funcionários menores como: mensageiros, guarda dos chefes, etc.

Esses chefes todos ligavam-se por laços de parentesco. No entanto as Mwene-mudzi, geralmente eram genitores das matrilineagens locais (núcleo matrilinear básico chamava-se Bele, formado pela

mulher e, por incorporação, pelo marido da mulher e pelos maridos das filhas da mulher).

A Ideologia

Quando os Phiri chegaram à região entre Chire e Luangua, a população local, liderada por diversos clãs como o Banda, praticavam cultos relacionados com a fertilidade dos solos, invocação, controlo das cheias, etc.

Esses cultos eram dedicados ora a "entidades supremas" como o culto de Muali ou o culto de Chewa de Chissumbi, ora à veneração dos espíritos naturais.

Entretanto, aos Marave eram mais importantes os cultos dedicados às entidades supremas. Os mais importantes eram geralmente realizados por mulheres, como o caso da mulher espírito do culto Muali ou do culto Makewana.

Formas Reprodutivas da Classe Dominante

Tal como sucedia a Sul do Zambeze, no caso dos Mwenemutapa e das linhagens satélites, a Norte, as classes dominantes dependiam, para a sua reprodução de duas fontes: em primeiro lugar dos tributos diversos cobrados internamente e, em segundo lugar, do comércio a longa distância, nomeadamente, o comércio de marfim, o qual representava para os soberanos Marave o mesmo que ouro para os soberanos shona.

No caso do estado dos Undi, a classe dominante recebia tributos regulares: marfim, tabaco, géneros alimentares, partes dos animais caçados pelos súbditos, utensílios de ferro, cestos, esteiras, panos, etc. Os súbditos eram obrigados a trabalhar nas terras dos chefes, a construir as suas casas e a assegurar a manutenção da capital.

Existiam também os tributos de vassalagem que incluíam penas vermelhas de certos pássaros, marfim, peles de leão e de leopardo, direitos de trânsito pelas terras, as primícias das colheitas, etc.

O Undi era uma espécie de guardião dos produtos das parcelas que os súbditos eram obrigados a cultivar no "interesse geral". Com o produto de sobretrabalho dos súbditos, o Undi sustentava visitantes, jogos e danças e ajudava os necessitados tal como nos Mwenemutapa. A outra parte de sobreproduto era usada para troca por mercadorias produzidas pelos Swahili-Árabes.

Uma terceira categoria de tributos eram os tributos rituais, normalmente, os dedicados às primícias das colheitas e às taxas devidas aos chefes pela orientação das cerimónias rituais. Os chefes

recebiam ainda taxas pela resolução de disputas e taxas de trânsito pelo território.

A Queda dos Estados Marave

A desintegração e a queda dos Estados Marave estiverem ligadas às lutas no seio dos Phiri com o fim de assegurar o total controlo do comércio do marfim e a interferência cada vez maior dos prazeiros na vida dos Estados Marave originam a expansão Zimba do séc. XVI.

O declínio das rotas comerciais Marave que iam até à costa substituídas desde fins do século XVI por duas novas rotas controladas pelos Ajaua, também constitui um dos factores que minou o poder das dinastias e ditou a fragmentação linhageira interna.

Por outro lado, a desintegração foi intensificada pela penetração de mercadores no fim do século XVIII. Por exemplo, Caetano Pereira, com a sua dinastia "Praiseira", assenhorou-se de muitas províncias dos Estados Undi.

Há que ter em conta ainda o aparecimento dos Nguni, que se fixaram na região na sequência do Mfecane em 1835.

O outro factor a ter em conta foi a penetração mercantil portuguesa no vale do Zambeze a partir de 1530 e o bloqueio aos Swahili-Árabes.

3.2 A Penetração Mercantil Estrangeira

O período mercantil em Moçambique compreende duas etapas:

3.2.1 Penetração mercantil árabe-persa

Os primeiros mercadores que actuaram em Moçambique foram os árabe-persa, provenientes da Península Arábica e do Golfo-Pérsico.

Razões da Expansão

- a) **A desertificação das terras no local de origem e o superpovoamento** - tornaram a vida das populações difícil, obrigando-as à migração e exercício de comércio internacional.
- b) **Surgimento do Islão** - a necessidade de se alastrar pelo mundo a nova religião surgida, com vista à sua afirmação global.
- c) **Procura de terras férteis** - para a prática da actividade agro-pecuária, pois nas suas regiões

de origem não existiam condições para a prática das mesmas.

- d) **Prática do comércio**, baseado em tecidos, missangas e outros produtos.

Locais de Fixação: Zanzibar, Pemba, Quíloa, Mombaça, Sofala e Mogadíscio

Impacto da Actuação do Capital Mercantil Árabe-Persa

No Plano Económico

- desenvolvimento do comércio;
- introdução de novas plantas e animais;
- desenvolvimento das técnicas de navegação e de construção naval.

No Plano Cultural

- a islamização da costa Norte de Moçambique, ou seja, a adopção da religião, hábitos, do vestuário e outras práticas árabes.
- surgimento de novos grupos linguísticos – Naharra na Ilha de Moçambique, Koti em Angoche, Kimwani em Moma, etc.

No Plano Político

- o surgimento dos primeiros estados em Moçambique. Com a expansão comercial e o advento do Islão, esses núcleos da costa estruturaram-se em comunidades políticas como os xeicados e os sultanatos, cujas independências ou subordinações, entre si ou em relação às potências Swahili da costa ao norte de Moçambique ou as ilhas Comores, foram variando ao longo do tempo.

3.2.2 Penetração mercantil portuguesa

O ciclo do ouro

O contacto entre os portugueses e as populações de Moçambique iniciou em 1498 com a chegada de Vasco da Gama, no âmbito da expansão europeia.

A fixação dos portugueses em Moçambique iniciou no século XVI com a ocupação de Sofala em 1505 e da Ilha de Moçambique em 1507. Em 1530 os portugueses construíram feitorias em Tete e Sena (1530) e fixaram-se em Quelimane em 1544.

Nesta fase as autoridades locais detinham total domínio e os estrangeiros eram obrigados a pagar tributos (curva e empata) e a observar o ritual (descalçar, tirar o chapéu, estar desarmado e bater

palmas para entrar na corte) em sinal de respeito ao soberano.

Em 1607, e em troca de apoio militar para fazer face às revoltas internas, o mambo Gatsi Lucere cedeu terras aos portugueses, abrindo uma fase de aliança entre os shona e os portugueses. Em 1627, após a morte de Gatsi Lucere, subiu ao trono Caprazine, que era contra os portugueses, este tentou retirar os privilégios destes.

Devido à sua posição, Caprazine foi derrubado com apoio dos portugueses e substituído por Mavura, defensor dos portugueses. Em 1629 Mavura declarou-se vassalo de Portugal, oferecendo vários privilégios:

- livre circulação de homens e de mercadorias isentas de qualquer tributo;
- obrigatoriedade de Mwenemutapa consultar o capitão português de Massapa antes de tomar qualquer decisão, a permissão para os mercadores entrarem na corte de Mwenemutapa sem respeitar o protocolo;
- autorização para a construção de igrejas;
- montagem de uma guarnição de 50 soldados portugueses passou no Zimbabwe do Mwenemutapa.

Em 1693 Changamire Dombo encabeçou uma revolta que levou à derrota dos portugueses e sua expulsão do estado.

Impacto da penetração mercantil portuguesa nos Mwenemutapa

- a erosão da economia natural das mushas;
- lutas clánicas pelo controlo do comércio com os portugueses;
- surgimento de novas unidades políticas – os PRAZOS.

Os prazos eram pequenas unidades políticas estruturadas dentro do império dos Mwenemutapa por mercadores de origem portuguesa e indiana. A ocupação das terras seguiu três vias principais:

- doações dos chefes africanos ao governo português;
- conquista militar por parte de alguns mercadores ricos; e
- compra aos chefes africanos pelos mercadores.

O ciclo do marfim

O marfim representava para os Phiri a principal fonte de reprodução e também garantia de lealdade política pois com este obtinham-se panos, missangas, objectos de porcelana, etc., mas foi também a

razão de rivalidades entre os estados Marave.

Um dos conflitos ligados ao comércio do marfim eclodiu entre os Caronga e Lundu que culminou com a intervenção militar conjunta dos portugueses e dos Caronga contra os Lundu. Como resultado desta ofensiva, teve lugar a chamada expansão Zimba ou expansão Nyanja, que foi um extenso movimento migratório Lundu rumo a Leste e Nordeste, causado, aparentemente, pelas razões acima indicadas bloqueio mercantil-militar português e conflitos inter dinásticos.

A Penetração do Capital Mercantil Indiano

Grande parte da riqueza acumulada em Moçambique ia para Goa, pois era através de Goa que a Coroa portuguesa administrava Moçambique. O capitão-geral de Moçambique não se subordinava directamente ao rei português, mas, sim, através do vice-rei português em Goa.

A ligação entre Moçambique e Índia levou a que, a partir do século XVII, a chegada a Moçambique de mercadores indianos torna-se este país a verdadeira metrópole mercantil.

Em 1686 foi formada a companhia dos Mazanes pelo vice-rei de Portugal em Goa, da qual faziam parte mercadores indianos ricos, armadores. Esta companhia obteve monopólio do comércio Moçambicano e privilégios comerciais em fretes, ajuda oficial Portuguesa e apoio logístico.

A formação dessa companhia beneficiava a nobreza portuguesa na Índia e não a estabelecida em Portugal, o que ilustra bem as contradições que haviam entre os dirigentes portugueses. Terão sido essas contradições que estiveram na origem da separação de Moçambique de Goa em 1752.

Quase todo o tipo de comércio a retalho e a grosso era feito pelos indianos a partir do Interland da ilha de Moçambique, Mussuril e das Cabaceiras. Os indianos de menor posse, via de regra, trabalhavam como relojoeiros, mecânicos, etc.

As modalidades de Comércio

O comércio de marfim envolvendo os Makua e os mercadores estrangeiros fazia-se de duas formas que, por vezes, se complementavam:

- Tráfico regular com os Makua dos reinos vizinhos e, por vezes, com mercadores Yao, do Lago Niassa, que levavam marfim, tabaco e azagaias para trocar nos armazéns dos portugueses, por tecidos e missangas. Para estas trocas os portugueses usavam tecidos fornecidos a crédito pelos comerciantes indianos;

- Envio, ao sertão, dos patamares (mercadores africanos). Este sistema era, em geral, usado pelos mercadores indianos.

O comércio do marfim levou os mercadores portugueses, sem capital e dependentes do fornecimento de tecidos nas lojas dos indianos, a endividarem-se e, por via disso, os indianos apropriaram-se gradualmente das propriedades dos portugueses que tinham sido colocadas sob hipoteca. Instalou-se, então, um ambiente de rivalidade entre os dois grupos de mercadores, com os portugueses a pretenderem a expulsão dos concorrentes indianos.

As guerras do marfim

As disputas pelo controlo do comércio do marfim não se deram apenas entre os mercadores estrangeiros. Também ocorreram entre os reinos africanos envolvidos nesse comércio e entre esses reinos e os portugueses. É o caso dos conflitos entre os reinos Makua e os portugueses devido ao bloqueio movido pelos Makua ao trânsito dos Yao pelo seu território em direcção a costa para comerciar com os portugueses.

O Comércio de Marfim na Baía de Maputo

A Baía de Maputo esteve envolvida no comércio de marfim desde o século XVI, tendo conhecido duas fases:

- 1.ª fase – 1550 /1759: comércio envolvendo tecidos indianos, marfim, pontas de rinoceronte e dentes de cavalo-marinho. Os portugueses e depois os ingleses e holandeses traficavam com as ilhas de Inhaca e Xefina e os reinos Tembe e Matola, que, desse modo, se tornaram os reinos mais prósperos da região;
- 2.ª fase – 1750/1800: mercadores ingleses e holandeses faziam comércio do marfim de barco e canoa seguindo pelos rios Maputo e Incomáti, para fazer comércio com os reinos do interior (Maputo, Cossa e Nwamba).

O ciclo dos Escravos

O interesse dos europeus em obter escravos para as suas plantações nas Américas e da ambição dos chefes africanos em amealhar riqueza a custa do tráfico negreiro resultou no tráfico de escravos em África.

Fases do ciclo de escravos

1ª fase (até 1750)- os escravos eram enviados para as plantações francesas nas ilhas Mascarenhas, no oceano Índico.

2ª fase (1750-1836/42)- envio de escravos para as plantações europeias nas américas. Nessa altura mercadores brasileiros, norte-americanos e centro americanos incrementaram o tráfico negreiro particularmente nos princípios do século XIX.

3ª fase após a abolição (1836- 1842) - o tráfico negreiro diminuiu, mas a partir de 1840 a instituição do estatuto de trabalhadores recrutados ou "engajados" permitiu a continuação dissimulada do comércio de escravos em especial para as ilhas Mascarenhas. Nesta etapa o comércio era clandestino e era feito a partir dos reinos afro-islâmicos da costa e os prazos.

Os escravos foram especialmente recrutados no vale do Zambeze e na faixa litoral e interland das zonas entre o Rio Ligonha e a Baía de Memba. Também houve, se bem que em menor escala, recrutamento na Baía da Lagoa e no interior de Inhambane.

Impacto do tráfico negreiro

- Despovoamento;
- a retirada da principal força energética das sociedades moçambicanas afectando a reprodução social das zonas de caça ao escravo.
- a reestruturação de algumas formações que tiveram que se adaptar a um sistema de evolução económica e política moldada segundo os interesses do tráfico.
- abandono das principais actividades produtivas.

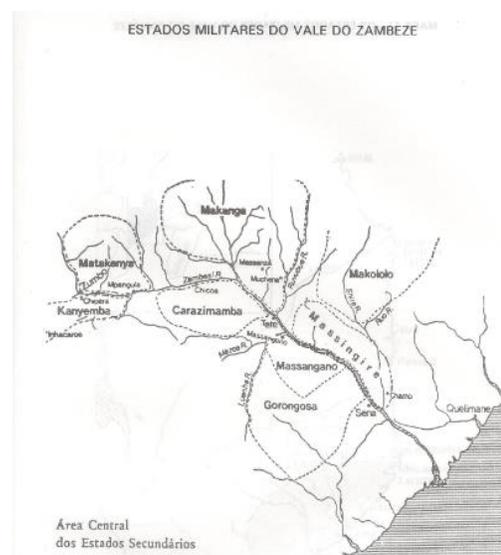
3.3 As novas unidades políticas em Moçambique

3.3.1 Estados Militares do Vale do Zambeze

Formação

Esteve ligada à queda dos prazos existentes no vale do Zambeze, devido a três factores principais:

- o tráfico de escravos no vale do Zambeze levou ao abandono dos prazos pelos a-chicunda, enfraquecendo militarmente estas unidades políticas.

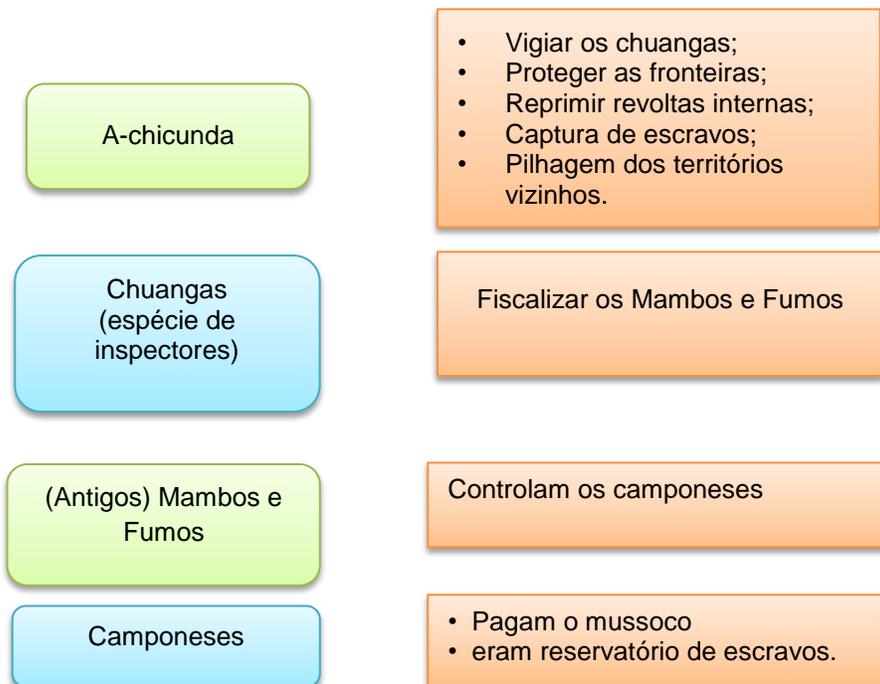


- os ataques dos exércitos dos Mwenemutapa aos prazos, entre 1820 e 1835, provocaram o abandono dos mesmos tanto pelos prazeiros como pelos a-chicunda;
- os ataques de grupos Nguni aos prazos, chefaturas e feiras espalhadas pelo vale do Zambeze entre 1830 e 1844.

A queda dos prazos levou à eclosão de dinastias de senhores de escravos que ocuparam as antigas áreas dos prazos e reagruparam os a-chicunda a troco de tecidos, bebidas e armas de fogo.

- A coroa portuguesa receando perder a sua influência no vale do Zambeze, devido à presença Nguni, resolveu conceder patentes administrativo-militares a alguns dos novos reis fazendo-os defender o vale do Zambeze contra os Nguni.

Organização social



Ideologia

Africanização das classes dominantes visando diluir a distinção entre intrusos e súbditos locais, o que permitiu, por vezes, aumentar a legitimidade da classe governante. Paralelamente, realizavam casamentos com mulheres das famílias reais locais, procurando igualmente alterar o estatuto de estrangeiro e tornar assim legítima a sua governação.

Os Estados Yao

Até século XVIII - pequenas comunidades matrilineares, com uma economia baseada na agricultura, caça e pesca, metalurgia do ferro, comércio.

O comércio de marfim no século XVIII e de escravos no século XIX provocou alterações importantes nas sociedades Ajaua.

Com o comércio do marfim e de escravos começaram a aparecer grandes chefes de caçadores cujo poder ultrapassou o nível do parentesco e permitiu a formação de estados centralizados, através da conquista de novas terras e submissão de novos povos. Principais estados: Mataca; Mtalika; Makanjila; Jalasi.

O poder dos chefes Ajauas foi derivado do monopólio da comércio e das práticas predatórias e escravagistas do exercício e controlo exclusivo das tarefas técnico administrativas e mágico-religiosas.

As cerimónias mágico-religiosas concorriam para a lealdade política daquelas sociedades. A estas juntou-se a islamização das classes dominantes Ajaua consubstanciada na adopção de títulos de xeique.

3.3.2 Os Reinos Afro-Islâmicos Da Costa

- Formados por populações Swahili-Árabe, tinham como base de sustentação o tráfico de escravos mesmo depois da sua abolição oficial, em 1836 e 1842.

Xeicado de Sangage - dependente de Angoche, estabeleceu a sua autonomia no século XIX.

Xeicado de Sancul - criado entre Lumbo e Mongicual no século XVI por imigrantes da ilha de Moçambique.

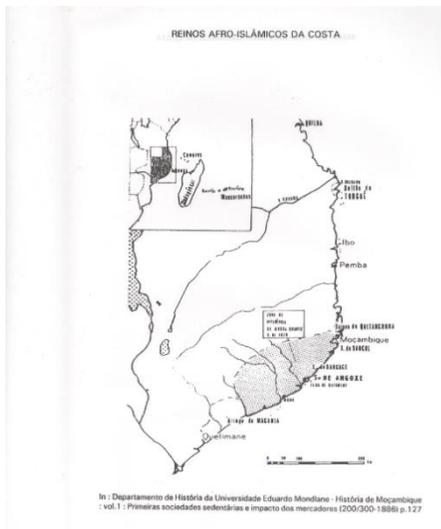
Xeicado de Quitangonha - Fundado por emigrantes da Ilha de Moçambique, manteve a sua autonomia e resistiu à dominação portuguesa até princípios do século XX com base no tráfico de escravos, tal como Sancul.

Sultanato de Angoxe - Fundado por refugiados de Quíloa em

Quelimane e ilha de Moçambique. Seu 1.º sultão foi Xosa, filho de Hassani. Após a fixação dos portugueses em Sofala 1505 os Swaili-Árabe passaram a comerciar a partir desse porto.

Após a morte de Xosa, Angoxe foi dirigida sucessivamente pelas linhagens Inhanandare, Inhamilala, Mbilinzi e Inhaitide, fundadas pelos descendentes de Xosa.

3.3.3 O Mfecane e o Estado de Gaza



Razões:

- (1) as pressões dos portugueses e ingleses que pretendiam retomar a mineração;
 - (2) o esgotamento dos recursos agrícolas em Manica, contrastando com sua relativa abundância no vale do Limpopo; e
 - (3) A revolta dos Chopi que impunha uma acção mais directa do rei para sua supressão.
- Em 1895 o estado de Gaza, sob reinado de Ngungunhane, caiu diante do avanço português.

Organização social

- Alta Aristocracia (rei e seus familiares próximos);
- Média Aristocracia (Nguni que não é da linhagem do rei) "assimilados";
- Tonga (populações dominadas);
- Cativos (afectos às comunidades domésticas Nguni);
- As mulheres cativas podiam ser tomadas como esposas dos Nguni sem lobolo. Gradualmente emancipavam-se, libertando-se da condição de escravos, mantendo-se o seu grupo social devido às constantes guerras.

Economia

- As principais actividades económicas eram a agricultura (mapira, mexoeira, milho, etc.), caça e pesca. Estas actividades eram realizadas pela população e destinavam-se tanto ao sustento como ao pagamento de tributos às classes dominantes.
- Os tributos eram pagos em produtos agrícolas, marfim e em dinheiro ganho na África do Sul, após o início da migração para as minas. Outra fonte de rendimento era o trabalho dos cativos nas propriedades dos chefes;
- A criação de gado e o comércio foram outras actividades praticadas no estado de Gaza, sendo, porém, monopolizadas pelos Nguni.

Ideologia

- O poder real dos Nguni, tal como nos Mwenemutapa e nos Marave, esteve ligado ao exercício das cerimónias mágico-religiosas;
- Os cultos e rituais eram oficiados pelo rei;
- O mais importante dos rituais era o Nkwaya, ligado às primícias das colheitas;
- Existiam também o Mbelengulu - cerimónia destinada a dar força aos guerreiros.

Cronologia

- 1400-1450 - Fundação do Estado dos Mwenemutapa por Mutota.
- 1561 Padre Gonçalo da Silveira chega à corte do Mwenemutapa e baptiza o mutapa reinante. Gonçalo da Silveira é morto.
- 1570 Inicia a expansão Zimba.
- 1571 Expedição militar de Francisco Barreto ao Mwenemutapa – fracassou.
- 1585 Expedição portuguesa contra o chefe macua Mauruça.
- 1586/89 Ascensão de Gatsi Lucere ao trono após a morte de Negomo.
- 1607 Gatsi Lucere faz concessões de terras aos portugueses.
- 1627 Caprazine sucede Gatsi Lucere.
- 1629 Caprazine é destronado pelos portugueses e colocado no seu lugar Mavura.
Mavura faz tratado de vassalagem com os portugueses e é baptizado com o nome de Filipe.
- 1693 Campanha de Changamire Dombo contra os portugueses. Os portugueses são expulsos.
- 1695-1719 Todas as feiras de Manica são encerradas na sequência do levante de Changamire Dombo.
- 1749 Portugueses atacam chefes macua em particular Morimuno.
- 1766 Operações militares portuguesas apoiados por Quitangonha e chefes macua amigos, contra os reinos de Uticolo e Cambira.
- 1776 Ataque de Morimuno a Mossuril.
- 1783 Morimuno ataca Matibane.
- 1816-1821 Guerras na Zululândia entre Ndwandwe e Mthethwa.
- 1820 Iniciam as migrações Nguni no âmbito do Mfecane.
- 1821 Inicia a formação do estado de Gaza por Sochangane ou Manicusse.
- 1838 Soshangane alastra o seu domínio a outras regiões do Sul de Moçambique.
- 1858 Morre Soshangane.
- 1859-1864 Conflito Mawewe-Muzila pela sucessão do trono de Gaza.
- 1861 Muzila pede apoio aos portugueses.
Ataque português a Angoche
- 1862 Capital do estado de Gaza é transferida para Mossurize.
- 1884 Ngungunhane sucede Muzila no trono de Gaza.
- 1888 Alguns chefes Yao prestam vassalagem aos portugueses.
- 1889 Expedição militar contra Mataka-Fracassa.
Ngungunhane transfere a capital de Gaza para Mandlakazi.
- 1902 Nova derrota dos portugueses nas terras de Mataka.

1912 Nova expedição contra Mataka termina com a conquista portuguesa num momento de crise interna.



EXERCÍCIOS

- 1. Assinale a alínea que se refere à origem dos mercadores árabe-persa.**
 - A. Índia e Península arábica
 - B. Península Arábica e Golfo-Pérsico
 - C. Império Persa
 - D. China e Índia
- 2. Assinale a alínea que se refere aos objectivos da 1.ª fase da penetração mercantil estrangeira em Moçambique?**
 - A. A difusão do cristianismo na Europa e prática do comércio
 - B. Procura de terras férteis e prática do comércio
 - C. Desertificação das terras e o superpovoamento
 - D. A expansão do ferro no mundo
- 3. Qual dos acontecimentos abaixo registou-se na primeira fase do ciclo do ouro?**
 - A. Ocupação de Sofala e ilha de Moçambique
 - B. Doação de terras pelo mambo aos portugueses
 - C. Revolta de Changamire Dombo
 - D. Acesso dos portugueses à corte do mambo
- 4. Qual dos acontecimentos abaixo registou-se na segunda fase do ciclo do ouro?**
 - A. Construção de fortalezas em Sena e Tete
 - B. Morte do padre Gonçalo da Silveira
 - C. Ataque dos portugueses aos árabes em Angoxe
 - D. Pagamento de uma renda anual em ouro aos portugueses
- 5. A ocupação das terras que deram origem aos prazos no vale do Zambeze foi através de:**
 - A. Doação do mambo, compra e conquista militar
 - B. Distribuição das terras pela coroa portuguesa aos mercadores
 - C. Acordos entre os mercadores portugueses e árabes
 - D. Atribuição pelo rei a favor dos comerciantes
- 6. O fracasso do sistema de prazos em Moçambique deveu-se...**

- A. A sua localização em regiões do interior, longe do alcance das autoridades.
- B. A impotência de Portugal para impor a lei em terras ocupadas, sem apoio da coroa.
- C. O apoio prestado pelos chefes africanos aos prazeiros.
- D. O fraco investimento da coroa portuguesa nos prazos.

7. O tráfico de escravos foi uma das causas do declínio dos prazos porque:

- A. O comércio de escravos criou conflitos entre os prazeiros
- B. Os prazeiros não conseguiram acompanhar a abolição
- C. Os prazeiros começaram a vender os a-chicunda
- D. Os escravos começaram a atacar os prazos

8. As relações entre os portugueses e indianos no âmbito do ciclo do marfim eram:

- A. De amizade
- B. de rivalidade
- C. Indiferentes
- D. de falsidade

9. A companhia dos Mazanes foi fundada em:

- A. 1686 em Lisboa
- B. 1752 em Goa
- C. 1752 em Lisboa
- D. 1686 em Goa

10. No século XVIII o comércio de marfim entre portugueses e yao sofreu bloqueios movidos pelos...

- A. Swahili-árabes
- B. reinos da Macuana
- C. Marave
- D. Nguni

11. No Sul do Save, a primeira fase do ciclo do marfim teve lugar em:

- A. 1550 a 1800
- B. 1550 a 1750
- C. 1750 a 1800
- D. 1800 a 1850

12. No sul do Save, na primeira fase do ciclo do marfim, o marfim era trocado por:

- A. Missangas e lingotes de latão
- B. Tecidos indianos
- C. Tecidos indianos e missangas
- D. Machiras e enxada

13. Na sua primeira fase o comércio de marfim na baía de Maputo era feito:

- A. com os reinos do interior
- B. com os reinos do litoral
- C. com os mercadores indianos
- D. com os Nguni

14. Uma das características da segunda fase do ciclo do marfim, no Sul do Save foi:

- A. Monopólio dos portugueses e ascensão do rei Tembe sobre Maputo
- B. Chegada regular de navios europeus e ascensão do rei Tembe sobre Maputo
- C. Comércio com os reinos do interior e ascensão do rei Maputo sobre Tembe

D. Comércio ao longo da baía e ascensão dos reinos Matola, Nhaca e Tembe

15. Um dos mecanismos que os chefes dos estados militares usavam para legitimar o seu poder era:

A. Força militar B. Aliciamento C. Africanização D. Superstição

16. Como é que os fundadores dos estados militares recrutaram os A-chicunda que haviam abandonado os prazos?

A. Força militar B. Aliciamento C. Africanização D. Superstição

17. Os Estados militares do vale do Zambeze foram criados entre:

A. Séc. XV e XVIII B. 1800 e 1819 C. 1820 e 1860 D. 1880 e 1900

18. Os Estados militares vieram substituir:

A. Os antigos Estados do Vale do Zambeze.

B. O Império dos Mwenemutapa.

C. Chefaturas locais do vale do Zambeze.

D. Os estados Marave.

19. O Estado militar que nunca se envolveu no tráfico de escravos foi:

A. Macanga C. Macololo

B. Massangano D. Massingire

20. Uma das características dos Estados Militares era:

A. Combinar o uso de armas de fogo e aringas.

B. O uso de armas compradas aos asiáticos e portugueses vindos de Goa.

C. Comércio de ouro e marfim vindos do interior do Império de Mwenemutapa.

D. Possuir uma estrutura sócio-política complexa.

21. A estrutura social baseada na comunidade patrilinear verificou-se no(s):

A. Estado de Gaza C. Reinos da Macuana

B. Estado de Jalasi D. Estado de Makandjila

22. A estrutura social baseada na comunidade matrilinear verificou-se no:

A. Estado de Gaza C. Estado de Mataka

B. Estado de Massangano D. Estado dos Mwenemutapa

23. Os a-chisi eram especialistas no trabalho de ferro nos Estados:

- A. militares. B. Yao C. Macua D. Afro-Islâmicos

24. Os Estados Makua desenvolveram-se no interior das províncias de:

- A. Nampula, Zambézia e Niassa
B. Nampula, Cabo Delgado e Zambézia
C. Nampula, Cabo Delgado e Niassa
D. Manica, Tete e Sofala

25. A poligamia constituía um meio de coesão social no Estado....

- A. Yao B. Massangano. C. Massingir. D. Macanga

Assinale com V ou F as seguintes frases sobre os estados militares do vale do Zambeze.

Afirmações	V/F
26. Os estados militares do vale do Zambeze surgiram como resultado de conquistas militares e da colaboração de chefes locais.	
27. O suporte económico dos estados militares do vale do Zambeze era o comércio dos produtos dos camponeses.	
28. Socialmente, os estados militares do vale do Zambeze eram apenas constituídos pela aristocracia Nguni e por escravos domésticos.	
29. O suporte económico dos estados militares do vale do Zambeze era o comércio de escravos e a pilhagem.	
30. Socialmente, os estados militares do vale do Zambeze eram constituídos pelos afro-islâmicos e escravos domésticos.	
31. O estado de Gaza surgiu como resultado de conquistas militares.	
32. O suporte económico do estado de Gaza era a agricultura e pastorícia.	
33. Socialmente, o estado de Gaza era constituído apenas pela aristocracia Nguni e por escravos domésticos.	

**SÍNTESE****4.1 Do Período mercantil ao Imperialismo**

Ao período mercantil seguiu em Moçambique o período imperialista. Durante esta fase os estrangeiros já não se interessavam apenas em comprar e vender produtos da África, mas em ocupar e dominar o continente africano e, de forma directa, explorar os recursos humanos e naturais.

A passagem a esta nova etapa de relações entre Moçambique e Portugal esteve enquadrada num contexto mais amplo de expansão imperialista com os países europeus se esforçando por ocupar colónias em África.

Este processo teve lugar no momento em que a economia europeia, particularmente assente na industrialização iniciada em meados do século XVIII, impunha para o seu desenvolvimento que se conseguissem novas fontes de matérias-primas, novos mercados, novos espaços para o reinvestimento de capitais e mão-de-obra barata. A África mostrava-se, pois, a saída para este conjunto de necessidades.

Contudo Portugal não era propriamente uma potência capitalista e como tal não tinha as mesmas razões das potências para justificar o seu interesse de ter colónias em África. Deste modo, a inserção de Portugal na penetração imperialista reveste-se de alguma especificidade.

A presença portuguesa na corrida imperialista é, pois, entendida no quadro dos chamados Direitos Históricos, adquiridos pelo facto de Portugal ter sido um dos primeiros países a estabelecer contactos comerciais com os povos africanos.

Por outro lado, a esperança que alguns países, como a Inglaterra, tinham de vir a ser eles a explorar de facto as colónias portuguesas, levou-os a apoiar Portugal nas suas reivindicações.

Os conflitos entre as principais potências capitalistas permitiram também uma margem de manobra a Portugal que pôde, através de um complexo jogo de acordos e alianças tácticas, explorar as disputas entre esses países e manter as suas colónias.

Os territórios que ficaram com Portugal foram, em termos económicos, colónias das potências capitalistas de facto (Inglaterra, França, Alemanha).

No caso de Moçambique pode-se ver como parte significativa do território (Centro e Norte) foi cedida às companhias arrendatárias e majestáticas dominadas por capitais estrangeiros para administrarem e explorarem os recursos naturais e humanos do país, enquanto o Sul de Moçambique ficava como reservatório de mão-de-obra para a África do Sul.

4.1. O Papel específico de Portugal na Penetração Imperialista

Desde 1703 - Portugal virtual colónia inglesa.

- Portugal exportava vinhos para a Inglaterra e importava têxteis;
- Os convénios comerciais foram sempre favoráveis à Inglaterra, contribuindo para o atrofimento da principal indústria portuguesa (a têxtil).

A partir de 1870 a burguesia manufactureira procura libertar-se da importação dos têxteis ingleses:

- incentivando a produção interna;
- diversificando os parceiros comerciais;
- estabelecendo tarifas proteccionistas.

A indústria também registou progressos consubstanciados no aumento do número de fábricas e de operários.

Portugal, não sendo potência imperialista, conseguiu ser potência colonial. Como?

A exploração global das colónias foi levada a cabo através do apadrinhamento concedido pelo grande capital internacional e reproduziu-se mediante um complexo jogo de concessões e de alianças táticas com as diversas potências coloniais, nem sempre bem-sucedido a curto ou a médio prazos, mas sempre bem-sucedido a longo prazo.

Foi nesse contexto que se originou o estado colonial português, como mediano entre o imperialismo e os recursos humanos e naturais de Moçambique. Ao assumir essa mediação, Portugal pôde preparar-se para uma nova acumulação primitiva de capital na sua forma de capital-dinheiro, que viria a ser decisiva para o desenvolvimento do “nacionalismo económico” de Salazar no pós-1930.

4.2. As Fronteiras de Moçambique

A Fronteira Sul

O estabelecimento da fronteira Sul fez-se no final de disputas entre ingleses, portugueses e bóeres pela posse da Baía de Maputo.

- Os portugueses chegaram à Baía de Maputo em 1544;
 - Em 1820 entraram os ingleses (W Owen assinou tratados com chefes do sul da Baía) na disputa.
- A importância da Baía de Maputo para os ingleses: a Baía de Maputo era reserva de mão-de-obra para a colônia britânica do Natal, permitia controlar as vias de comunicações especialmente o Rio Maputo (para travar a entrada de armas para os Zulu através da Baía) e era Base para as operações visando anexar o Transval.

1869 – Acordo Transval/Portugal fixa o limite dos territórios portugueses pelo paralelo 26°30’S.

1875 – Arbitragem internacional por Mac Mahon (decidiu a favor dos portugueses, validando o acordo de 1869).

Fronteira centro

O conflito envolveu os portugueses (com o Mapa-cor-de-Rosa) e os ingleses que tinham o plano Cabo-Cairo.

- 1887 -MNE apresentou à Câmara dos deputados o mapa cor-de-rosa – antes, em 1886 tinha assinado tratados com Alemanha e França.
- 11 de Janeiro de 1890 – ultimato inglês exige a retirada das tropas portuguesas do Chire e Mashonalândia.
 - Portugal apela aos seus “aliados” e a Inglaterra enviou uma força a Manica onde prendeu P. Andrade e construiu o forte Salisbury.
 - O governo português teve que se submeter ao ultimato inglês – fracassava a ideia do Mapa Cor-de-Rosa.

Norte

Envolvidos Portugal e Alemanha que tinha ocupado o Tanganyika desde 1884.

- 1894 – Alemanha atravessa o Rovuma e expulsa a guarnição portuguesa e substituindo-a por uma alemã.
- Portugal protesta, mas os alemães alargaram a sua ocupação até Quionga.
- Derrota alemã na I Guerra Mundial permitiu a Portugal recuperar as suas terras.

4.3 O Estado colonial Português em Moçambique

A exploração imperialista em Moçambique baseou-se em três pilares principais:

- O Estado colonial Português;
- O capital internacional expresso nas companhias;
- O capital mineiro sul-africano.

O Estado colonial português, condição e garantia da exploração imperialista, foi montado para servir os diversos interesses do capital internacional. Assim, toda a legislação publicada entre finais do século XIX e 1930 destinou-se a manter os moçambicanos na sua condição de indígenas e

trabalhadores forçados. Foi, por isso, que o estado colonial usou mais os aparelhos repressivos do que os ideológicos.

As acções para a criação de um sistema de administração colonial em Moçambique consistiram:

- na ocupação militar; e
- na montagem da máquina administrativa colonial.

4.3.1 A conquista militar

O Sul de Moçambique

Até 1885 a autoridade política portuguesa no Sul de Moçambique estava limitada à região de Lourenço Marques. Com a descoberta do ouro em Witwatersrand e o desenvolvimento do tráfego de trânsito e da actividade mercantil no interior surgiu o interesse pela implantação política e administrativa, que era também uma imposição da Conferência de Berlim.

Principais acções

- 1886 – Indicado um Comissário-Residente no reino de Gaza;
- 1888 – Os portugueses reafirmam os “termos de vassalagem” com os estados situados entre Lourenço Marques e o Limpopo e o reino Maputo;
- Abertura de um posto militar em Angoane;
- 1889 – Comissário Residente de Gaza elevado à categoria de Intendente Geral;
- Nomeado Comissário-Residente para o reino Maputo.

Estas medidas eram, porém, insuficientes para permitir aos portugueses o controlo do Sul de Moçambique, principalmente devido ao número reduzido de soldados portugueses na região. Assim, apesar dos tratados assinados incluírem a cobrança de impostos, os portugueses não conseguiram cobrá-los, pelo menos até 1892. Por outro lado, o trabalho migratório e o trânsito de mercadorias criaram novos problemas administrativos e políticos para os portugueses.

A competição pela mão-de-obra

A exportação da mão-de-obra provocou a escassez desta no Sul de Moçambique, originando uma forte concorrência pelo seu controlo. Não podendo concorrer com os salários pagos nas minas da África do Sul, os comerciantes e autoridades coloniais portuguesas procuravam formas para garantir o fornecimento de mão-de-obra aos empreendimentos locais.

Algumas medidas

- Recurso aos chefes amigos para o fornecimento de mão-de-obra;
- Uso da autoridade política para normalizar o fornecimento da mão-de-obra.

A partir de 1889 as dificuldades de recrutamento aumentaram e, para minimizar o problema, foram adoptadas algumas medidas, tais como:

- Colaboração entre os recrutadores e os cantineiros;
- Fornecimento de armas e munições;
- Rugsas.

4.3.2 Resistência e conquista no Sul de Moçambique

Em finais de 1893 começaram a surgir sinais de insurreição, que foram agravando ao longo de 1894 com o surgimento de vários incidentes com os portugueses.

Na região em redor de Lourenço Marques, alguns chefes tribais como os de Mahota, Maxaquene, Matola ou Maputo eram vassallos dos portugueses, pagando o *mussoco* ou imposto de palhota, permitindo a livre circulação de tropas nos seus territórios e fornecendo homens para as tropas auxiliares portuguesas, mas outros chefes de tribo (Manhiça, Magaia, Zixaxa ou Moamba) obedeciam a Ngungunhane, de quem eram vassallos.

Foi nesse contexto, que a revolta iniciou, despoletada por um conflito que surgiu na tribo Magaia entre o chefe Mahazul, vassallo de Ngungunhane, e Maveja, aliado dos portugueses.

Mahazul alia-se a Nwamatibyane da tribo Zihlahla, e juntamente com Angundjuane de Moamba resolvem atacar Lourenço Marques. Em Agosto de 1894, os rongsas de Lourenço Marques, liderados por Mahazul, Nwamatibyane e Angundjuane cercaram durante mais de dois meses Lourenço Marques, preparando o assalto à cidade.

A 14 de Outubro de 1894, Nwamatibyane, Mahazul e Angundjuane atacaram a cidade de Lourenço Marques, forçando os portugueses a refugiar-se na fortaleza. A cidade foi saqueada e a fortaleza cercada, sendo a sua queda impedida pelo bombardeamento feita pelos navios de guerra a partir do porto, que obrigaram ao levantamento do cerco e à retirada dos sitiados para Marracuene.

O plano de António Enes

A missão de conquista do Sul de Moçambique foi incumbida a António Enes, que baseou a sua acção no seguinte:

- Fazer surgir pela força o prestígio português nos pequenos regulados;
- Fazer alianças com os chefes submetidos ou amedrontados para cercar Gaza e dominar Ngungunhane, mas não romper as hostilidades até estabelecer um dispositivo militar que permitisse agir com segurança.

A primeira etapa da conquista colonial foi Marracuene, que como muita dificuldade conseguiram vencer, depois da célebre batalha de Marracuene, de 2 de Fevereiro de 1895. Em seguida Moamba e Matola aliaram-se aos portugueses e atacaram Zilhalha e Magaia que se refugiaram em Gaza.

A conquista de Gaza

O estado de Gaza era a principal ameaça ao plano de ocupação dos portugueses. O plano de António Enes para a ocupação de Gaza envolveu demarches diplomáticas e militares.

A nível diplomático o plano de Enes consistiu no envio de emissários para estabelecerem contactos com Ngungunhane com os seguintes objectivos:

- Convencer o rei de Gaza de que não haveria ataques ao seu território de modo a impedir que se preparasse militarmente;
- Impedir a aliança do rei de Gaza com a Companhia de Moçambique, para a cobrança de impostos no seu território;
- Evitar o estabelecimento de negociações com a British South Africa Company.

Enquanto decorriam os esforços diplomáticos os portugueses foram também se preparando militarmente para o ataque.

Quando todos os preparativos para a intervenção militar se achavam concluídos os portugueses decidiram atacar. Justificando o ataque como represália pela recusa de Ngungunhane em entregar os chefes fugitivos, os portugueses lançaram o ataque em três frentes:

- 07/09/1895 - uma coluna que partiu do Sul travou com as tropas de Ngungunhane a batalha de Magul, onde se encontrava Nwamatibyane.
- 10/ 1895 – quadrilha de embarcações entra pelo Limpopo e submete Bilene e Xai-Xai;
- 07/11/1895 – uma coluna parte de Inhambane e trava a batalha de Coolela, com as tropas de Gaza, próximo da capital Mandlakazi que foi incendiada.

Na sequência deste ataque o estado ficou desorganizado e Ngungunhane refugiou-se em Chaimite com os seus chefes fiéis. A maioria dos outros chefes aliaram-se aos portugueses.

Em Dezembro de 1895, Mouzinho de Albuquerque foi nomeado governador do distrito militar de Gaza e, no final do mesmo mês, Mouzinho descobriu o esconderijo de Ngungunhane e prendeu-o, levando para Lisboa, de onde foi deportado para a ilha de Açores, onde morreu em 1911.

A prisão de Ngungunhane não pôs fim definitivo à resistência no estado de Gaza. O exército de Gaza continuou a resistir sob a liderança de Maguiguane Cossa com o objectivo de restaurar a monarquia e eliminar a dominação colonial.

A 27 de Julho de 1897 as tropas de Maguiguane foram derrotadas pelo exército português, chefiado por Mouzinho de Albuquerque. Mais a Sul o reino Maputo foi conquistado em Fevereiro de 1896 e o seu rei Nguanaze refugiou-se na África do Sul.

A Conquista Militar no Centro de Moçambique

Criada a Primeira Companhia de Moçambique, Paiva de Andrade iniciou contactos com as aristocracias locais mais influentes tentando obter concessões.

1889 – Acordo com Ngungunhane pelo qual reconhecia à Companhia direitos mineiros em Manica. Contudo a presença portuguesa no interior continuou muito frágil.

Entre 1889 e 1891 as acções de conquista foram interrompidas devido às disputas entre os portugueses e ingleses, só ultrapassados com a assinatura do acordo de fronteiras entre Portugal e Inglaterra, de 27 de Junho de 1891.

Terminados os conflitos entre Portugal e Inglaterra a Companhia de Moçambique retomou os esforços para a ocupação das terras de Manica. Vejamos as principais acções nesse sentido:

1892	<i>Morte de Gouveia permite à companhia dominar Gorongosa.</i>
1893	Prazos de Tambara, Chiramba e ilhas vizinhas submetidos por uma força de Paiva de Andrade. - Uma expedição da Companhia e uma coluna portuguesa permitiram estender a cobrança do mussoco à área de Sena.
1893	Acordo entre a Companhia e o Estado de Gaza (Ngungunhane renuncia aos impostos à Norte do Save a favor da Companhia)
1895	Incursões militares da Companhia em Búzi e Moribane para impedir sua aliança a Ngungunhane.
1896	Expedições em Moribane, Búzi, Save e Chichongue para extinguir a influência Nguni e impor a autoridade da Companhia.

1896	Filho de Cambuamba atacou Gorongosa com uma força de 2000 homens, mas sem sucesso. Cambuamba assinou acordos com Massangano e Bárue para o fornecimento de armas e em 1897 tinha um exército de 5 a 10 mil homens.
Maio de 1897	Revolta chefiada por Cambuamba - portugueses expulsos dos prazos de Bandar, Tambara, Inharruca e Sone, e bloqueada a navegação do Baixo Zambeze. Cambuamba e seus aliados Gizi e Luís de Gorongoza derrotados e forçados a refugiar-se em Bárue.

Após a queda dos estados militares, Bárue passou a ser o único estado, em Manica e Sofala, fora do controlo dos portugueses e, por isso, começou a preocupar a coroa portuguesa, que decidiu intervir.

30 de Julho de 1902 – três pelotões de soldados portugueses e africanos e 2000 soldados de reserva invadiram Bárue. As tropas africanas comandadas por Hanga, Mafunda, Cambuamba, Cabendere e outros foram derrotadas no final do ano e aí instalada a administração colonial.

Porquê a derrota?

- ❖ *Elevado número de reforços vindos de Angola, Inhambane, Lourenço Marques e Norte de Moçambique;*
- ❖ *Inovações tecnológicas no armamento;*
- ❖ *Erros tácticos e deserções.*

A Revolta de Bárue

A derrota de 1902 não foi definitiva. Novas acções de resistência como os levantamentos contra o mussoco, as fugas para fora do país e outras continuaram a registar-se. O ponto mais alto da resistência nesta fase foi atingido com a Revolta de Bárue de 1917/8.

Causas

- A construção de uma estrada ligando Tete a Macequece passando por Bárue e o recrutamento de camponeses para trabalharem nas obras em regime forçado;
 - Os constantes aumentos dos impostos a que os camponeses estavam sujeitos;
 - A decisão do governo português de recrutar 5000 homens para a guerra contra os alemães.

Face a estes acontecimentos os principais chefes de Bárue, nomeadamente, Nongué-Nongué e Macossa decidiram reorganizar o exército para lutar contra os portugueses.

A rebelião começou em Março de 1917, durante mais de 3 anos afectou diversas regiões e foi reprimida em Novembro de 1920, devido:

- À Incorporação de soldados Nguni e de mercenários vindos da Rodésia do Sul;
- Conflitos e deserções entre os membros da elite da resistência.

Com a derrota de Bárue terminou a resistência primária armada contra a ocupação colonial no centro de Moçambique.

A conquista e Resistência no Norte

Neste período, os portugueses viviam instalados ao longo da costa: Ibo, Mussoril, Ilha de Moçambique e Quelimane.

A ocupação militar do Norte pelos portugueses teve como base de partida as possessões costeiras: a ilha de Moçambique, o Mussoril e a ilha do Ibo.

A Ocupação de Nampula

As primeiras tentativas de ocupar Nampula foram conduzidas por Mouzinho de Albuquerque, contra a região da Makuana em 1896 e 1897. Estas acções fracassaram devido:

- À adopção de uma estratégia comum contra a ocupação pelos chefes locais;
- Os grandes amuene Makua (Mucutu-munu, Komala e Kuphula e os xeiques Molid-Volay, Faralay, Suali Bin Ibrahim) souberam dirigir uma guerra popular, devido à grande coesão social que a estrutura social e ideológica e linhageira conferia a essas confederações guerreiras.

Em 1905, os portugueses esboçaram um novo plano de ocupação que consistia na penetração em profundidade, seguindo os vales dos rios, por linhas perpendiculares à costa. Assim, os portugueses obtiveram o apoio de alguns chefes tradicionais do interior que estavam em conflito com os reinos escravagistas da costa. Assim, processou-se a ocupação de Nampula, partindo da costa para o interior e do Norte para o Sul.

A ocupação do Niassa e Cabo Delgado

A ocupação das actuais províncias de Cabo Delgado e do Niassa efectivou-se em quatro fases:

1.ª fase - Os portugueses partem do Ibo para o continente e assinam tratados de vassalagem com os chefes locais, de modo a reclamarem diante dos seus concorrentes o Norte como seu.

2.ª fase - Após a entrega formal do Niassa e Cabo Delgado à Companhia do Niassa(1891), esta programou o início da ocupação para 1899. Neste ano iniciaram incursões militares para ocupar Niassa, com a destruição da povoação do chefe Mataca e ergueu um posto militar em Metarica. Entre 1900 e 1902 a companhia ocupou Mesumba e Metangula. A conquista foi travada pela resistência popular que levou à expulsão dos representantes da Companhia de várias regiões entre o rio Lugenda e o Lago Niassa

3.ª fase - Depois de 1910, quando a Companhia conseguiu mais dinheiro, reiniciou a ocupação, atacando território de Mataca e destruindo aldeias. Foi instalado um posto militar em Oizulu e, em 1912, tentou-se a ocupação total de Cabo Delgado e Niassa.

4.ª fase - Depois da I Guerra Mundial e aproveitando os meios e as infraestruturas utilizados durante aquele conflito os portugueses conseguiram penetrar no planalto de Mueda e submeter os Macondes. Assim, terminava a resistência no Norte de Moçambique e consumava-se a ocupação da região.

4.3. O Estado colonial Português em Moçambique

4.3.1. A Montagem do estado Colonial Português em Moçambique

Até 1890 vigoraram em Moçambique os princípios da “assimilação”, não havendo distinção entre penas para “indígenas” e para “não indígenas”. A pena de prisão era aplicada tanto para os “indígenas” como para os “não indígenas”, o que para os defensores do colonialismo, era inaceitável.

Para os teóricos do colonialismo, após a extinção da condição de “liberto”, as relações de trabalho baseavam-se no princípio da “liberdade de trabalho”, que dizia: “doravante ninguém tem a obrigação de trabalhar”. Por outras palavras: permitia-se ao “indígena” a “liberdade de continuar a viver no estado selvagem”.

Neste contexto, em 1894, Portugal iniciou a publicação de leis visando a construção das infraestruturas do estado colonial e o enraizamento da filosofia governativa e dos princípios administrativos desse estado, servindo as necessidades do capital internacional.

1894 – publicado um decreto que substituía a pena de prisão pela pena de trabalho correcional. O trabalho correcional foi reinstituído pelos códigos de trabalho rural de 1899, 1911, 1914 e 1926, passando a ser uma punição específica para os “indígenas”.

(...) Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade de escolher o modo de cumprir essa obrigação, mas, se não cumprem de modo algum, a autoridade pode impor-lhes o seu cumprimento. *Essa exigência legal explicitava a função do estado colonial português: servir o capital.*

Código de Trabalho Rural

stos:

eviam

“produzir” os produtores dessas matérias-primas;

- Os produtores dessas matérias-primas pertencem às raças inferiores e, como membros das raças inferiores, deviam trabalhar para as raças superiores.

O papel de António Enes

A montagem do estado colonial português teve como principais figuras:

- António Enes - comissário-régio de Moçambique desde 1895, mentor do Estado Colonial Português em Moçambique. Criou, em 1895, a circunscrição indígena *dividida em regedorias*. *Para os colonos foram criados conselhos subdivididos em freguesias*. Introduziu também o Código de Trabalho Rural em 1899;
- Aires de Ornelas - Ministro da marinha e responsável pelas colónias, publicou, em 1907, a Reforma Administrativa de Moçambique. *No âmbito desta reforma foi criada a Secretaria dos negócios indígenas e, em 1910, a Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração, um departamento especializado na inventariação, catalogação, e distribuição da mão-de-obra para dentro e fora de Moçambique.*
- Freire de Andrade – foi em 1907, durante o governo de Freire de Andrade, que foi introduzida a carreira administrativa sistemática. Esta lei atribuía aos administradores amplos poderes para o governo das populações indígenas e, por isso, eram-lhes exigidos o conhecimento sobre usos e costumes indígenas e a prática de serviço no interior.

Os postos administrativos eram unidades políticas de base assegurados pelos régulos. O régulo era o elo de ligação entre as populações de base e os portugueses, e tinha como funções:

- a) Controlar o movimento do regulado;
- b) Cobrança de impostos (mussoco e palhota);
- c) Recenseamento da mão-de-obra;
- d) Proibir o fabrico de bebidas alcoólicas.

O estado colonial não se limitou a legislar sobre a obrigação moral e legal de os nativos trabalharem. Organizou seus aparelhos repressivos (administração, exército, polícia, tribunais e prisões), com a função de garantir, pela violência, a disponibilidade da força de trabalho.

4.3.2. A Economia Colonial em Moçambique

A exploração das colónias portuguesas aconteceu num contexto específico em que Portugal não era potência capitalista mas conseguiu ser potência colonial. Assim, foi através do apadrinhamento concedido pelo grande capital internacional e de um complexo jogo de concessões e de alianças tácticas com as diversas potências coloniais que Portugal levou a cabo a conquista e ocupação, bem como a exploração de suas riquezas.

Assim, o estado colonial português surgiu como mediano entre o imperialismo na caça do sobre lucro colonial e os recursos humanos e naturais de Moçambique. Com efeito, Portugal cedeu dois terços do território moçambicano às companhias, recebendo uma parte dos lucros e autorizou o recrutamento nas áreas sob seu controlo, o estado cobrando taxas de recrutamento às companhias autorizadas a efectuá-lo.

Portanto, a exploração colonial em Moçambique esteve assente em 3 pilares:

- o estado colonial português;
- o capital estrangeiro representado pelas companhias; e
- o capital mineiro sul-africano.

A instalação de companhias em Moçambique foi uma imposição colocada pela debilidade económica de Portugal.

Após a Conferência de Berlim de 1884/5, Portugal empenhou-se mais na missão de conquista e subjugou finalmente os estados militares. Em 1886 os portugueses subjugaram sucessivamente Massangano (1886), Macanga (1889), Tete, Zumbo, Maganja, etc.

Em 1888 o Governo português nomeou uma comissão para estudar as reformas a introduzir nos prazos. O relatório produzido aconselhava que se fizesse de Moçambique uma colónia de plantação e propunha que fosse mantido o sistema de prazos para incrementar o sistema de plantações e a cobrança de uma parte do mussoco em trabalho.

Com base no relatório, em 18 de Novembro de 1890, António Enes publicou um decreto que introduzia a **obrigatoriedade** de se pagar uma parte do mussoco em trabalho.

Com este decreto, António Enes reeditava os prazos, o que aliado à modernização do mussoco, foi um atractivo ao capital internacional para a Zambézia. Deste modo, o período posterior foi marcado pela coexistência entre o capital e os mecanismos pré-capitalistas, expressos no prazo.

A legislação de 1890 deu origem à formação de sociedades por acções, as companhias. A estas o estado português transferiu os encargos da administração como forma de aliciar e minimizar as despesas.

Existiram em Moçambique dois tipos de Companhias:

- **Companhias majestáticas** - Companhias gozando de amplos poderes nos territórios arrendados. Funcionavam como autênticos estados, realizando várias tarefas da competência de um estado tais como a cobrança de impostos, o recrutamento de mão-de-obra, velar pela defesa e segurança no território, para além de desenvolver actividades económicas. Em Moçambique as companhias majestáticas foram a Companhia de Moçambique, que recebeu os territórios das actuais províncias de Manica e Sofala, e a Companhia do Niassa que ocupou Cabo Delgado e Niassa.
- **Companhias arrendatárias** - tinham um campo de acção mais restrito, limitando à esfera estritamente económica. Em Moçambique as companhias envolveram-se, mas a pedido das autoridades coloniais, em algumas actividades administrativas, nomeadamente a cobrança do imposto. Exemplos- Companhia da Zambézia (1892), Companhia do Boror (1898), Société du Madal (1904), Empresa agrícola do Lugela (1906) e Sena Sugar Estates (1920).

4.3.2.1. A Companhia do Niassa

Os territórios das actuais províncias do Niassa e Cabo Delgado foram, na altura da dominação colonial, entregues a Companhia do Niassa.

As acções para a criação de uma companhia no Norte de Moçambique começaram em 1891 com a concessão das terras a um grupo português, mas em 1892/3 os direitos foram cedidos a um grupo de capitais franceses e ingleses que tomou posse em 1894, por 35 anos.

Entre 1897 e 1908, os estados locais continuavam sob liderança dos seus reis, por isso a Companhia não teve condições para desenvolver as suas actividades. Assim, os grupos financeiros foram desistindo da companhia, que passou pelas mãos de três grupos financeiros:

- Ibo Syndicate adquiriu, em 1897 injectou capital, reorganizou a Companhia, foi e passou a sede da administração para Ibo.
- Em 1899 - Ibo Investment Trust. Depois de uma expedição para ocupar o Leste do lago Niassa dissolveu-se em 1902, por não vislumbrar grandes possibilidades de lucro.
- 1908 - Nyassa Consolidated. Este grupo dedicou-se à exportação de força de trabalho para a África do Sul. Por este grupo foram relançadas as campanhas de ocupação. Em 1912 Mataka caiu, finalmente a resistência popular continuou, o que desencorajou a permanência daquele grupo.

Em 1913 a Companhia passou para um consórcio bancário alemão, mas com o início da primeira Guerra Mundial a Inglaterra confiscou as acções àquele grupo e vendeu-as a um grupo financeiro inglês.

A exploração do Niassa e Cabo Delgado

A ocupação das terras entregues à Companhia só se tornou afectiva após a I Guerra Mundial (cerca de 1920), portanto quando faltavam cerca de nove anos para o fim do período de concessão, o que fez com que não houvesse qualquer interesse em desenvolver actividades como as plantações e outros empreendimentos cujos resultados só começariam a aparecer já no final do contrato.

A exploração do Niassa e Cabo Delgado levada a cabo pela Companhia limitou-se a actividades especulativas, tais como a exportar mão-de-obra, cobrança de impostos, taxaço das mercadorias em trânsito e utilização do trabalho forçado.

4.3.2.2. A Companhia de Moçambique

A formação desta Companhia foi o culminar de um longo processo iniciado em 1878 por Joaquim Paiva de Andrade e culminou a atribuição de poderes majestáticos em 11 Fevereiro de 1891.

Direitos da companhia: monopólio do comércio; exclusivo das concessões mineiras e de pesca ao longo da costa; cobrança de impostos; construir e explorar vias de comunicação; concessão a terceiros dos encargos derivados de privilégios bancários; direitos de transferência de terras a pessoas singulares ou colectivas.

Ao Governo Português cabia: 10% dos dividendos distribuídos e 7.5% dos lucros líquidos totais; tinha também o direito de recuperar o território uma vez expirado o prazo e a Companhia obrigava-se a manter-se portuguesa no estatuto e a instalar a sua sede em Lisboa.

O capital estrangeiro sujeitava-se ao controlo português através de dois mecanismos principais: (1) imposição de um corpo administrativo de maioria portuguesa; (2) obrigatoriedade de ratificação, pelo governo português das leis e regulamentos implementados no território cedido a Companhia.

A tomada de posse da Companhia foi em Maio de 1892, com o fim da exploração do mercado para 1942.

A exploração de Manica e Sofala

Nestes territórios a exploração económica no período de 1892 a 1942 foi, obviamente, feita pela Companhia de Moçambique e assentou nos seguintes aspectos fundamentais:

- Cobrança de Impostos;
- Concessão ou subarrendamento de terras para agricultura, construção, mineração, etc.
- Controlo do comércio e cobrança de taxas pelo trânsito no território.

Os impostos

A cobrança de impostos constituiu uma das primeiras acções rumo à transformação da economia camponesa numa economia de mercado. Pelo sistema de impostos as autoridades coloniais pretendiam, por um lado, coagir os camponeses a empregarem-se como assalariados e, por outro, adquirir receitas para a Companhia.

No território da Companhia de Moçambique, existiam duas modalidades de impostos, nomeadamente, o mussoco e o imposto de palhota.

As concessões de terras

Uma das fontes de rendimento da Companhia foi o arrendamento de terras a outras companhias ou aos colonos.

Em geral as terras eram adquiridas para:

- Construção (transportes) - As concessões nesta área foram feitas a The Beira Railway, que construiu a linha férrea Beira - Macequece, cujas obras terminaram em Julho de 1900 e a The Port of Beira Development Corporation construiu o porto da Beira entre 1925 e 1929.
- Prática da agricultura - a Companhia cedeu terras a algumas companhias, aos colonos bem, como manteve algumas terras nas mãos dos camponeses africanos. Deste modo, a agricultura nos territórios da companhia de Moçambique desenvolveu-se a três níveis: a nível das companhias arrendatárias (Companhia de Gorongosa, Companhia de Luabo, Sociedade Açucareira da África oriental, Companhia colonial do Búzi, etc.), que receberam terras da Companhia; a nível da população colona; e ainda a nível da pequena produção familiar camponesa.
- Mineração - adquiridas, na zona de Macequece (distrito de Manica), tendo sido o ouro o principal minério que se procurava. A fraca rentabilidade das minas e a falta de capitais não permitiram grandes resultados, tendo muitas empresas caído na bancarrota.

A Política Laboral da Companhia de Moçambique

O capitalismo colonial só podia se desenvolver através do domínio e exploração do trabalho assalariado nas plantações, nas farmas, explorações mineiras e noutros sectores da economia.

Para obrigar os camponeses a tornarem-se assalariados foi necessário recorrer à violência não económica e também ao trabalho forçado.

A primeira medida tomada para a compelir o campesinato para o trabalho assalariado foi a introdução do imposto em dinheiro. Para centralizar o recrutamento e a distribuição de mão-de-obra foi criada, 1895, a Inspeção-Geral dos Negócios Indígenas, repartição central responsável pela direcção superior de todos os assuntos relativos às relações com a população africana, particularmente na

cobrança de impostos, fornecimento de trabalhadores para os serviços da Companhia e de particulares, bem como a relação com os chefes tribais.

Em 1907 entrou em funcionamento a principal legislação de trabalho aprovada pelo Governo português para o território, nomeadamente, o Regulamento Geral do Trabalho dos indígenas no território da Companhia de Moçambique, o Regulamento para o fornecimento de indígenas a particulares no território de Manica e Sofala e o Regulamento para o recrutamento de indígenas de Manica e Sofala.

Destes regulamentos ressaltam 3 medidas:

- a) A institucionalização do trabalho forçado. Impunha-se por lei a obrigatoriedade de prestação de trabalho assalariado por todos os indivíduos em idade activa. Nos termos dessa lei o camponês era colocado perante o dilema: ou vender coercivamente a sua força de trabalho ou dedicar-se às culturas viradas para a exportação. Em ambos os casos a agricultura familiar de subsistência era preterida pelos interesses do capital.
- b) Estabelecimento de um sistema de controlo rigoroso da força de trabalho. O governo da Companhia determinou que cada trabalhador devia ser portador de um certificado declarando o tempo de serviço prestado e as respectivas datas de início e fim do contrato. Em 1926/7 foi introduzida a caderneta individual de identificação indígena para todos os indivíduos do sexo masculino com idade aparente comprovada superior a 14 anos. Os infractores podiam ser punidos com pesadas penas como o trabalho correcional pago a 40% do salário normal.
- c) Interdição do recrutamento de trabalhadores para fora do território da Companhia. A chamada emigração clandestina foi considerada crime e, como tal, punida com severas penas que iam até 20 meses de trabalho forçado sem remuneração. Um sistema de policiamento foi organizado para impedir a fuga de trabalhadores para fora do território, nomeadamente, Rodésia do Sul, Niassalândia, África do Sul ou outras partes de Moçambique.

4.3.2.3. O Sul e o Trabalho migratório

Antes da conquista colonial, os estados e as chefaturas do sul de Moçambique estavam ligados ao capital asiático e europeu através de pequenos estabelecimentos indianos e portugueses situados na costa e no interior.

A partir da segunda metade do século XIX, a economia do Sul de Moçambique começou a ser influenciada pela expansão da economia capitalista que se verificava nas colónias britânicas do Cabo e Natal e nas repúblicas bóeres do Transval e Estado Livre do Orange (Orange Free State).

As plantações de cana-de-açúcar do Natal (1850) e a indústria mineira de diamantes de Kimberley

(1870) constituíram os principais polos de atracção da força de trabalho moçambicana.

Os acordos sobre o trabalho

1897 - Regulamento para o Engajamento de indígenas na República Sul-Africana (Transval).

1901 - Modus-vivendi: com este acordo a questão da força de trabalho passou a estar em interdependência com o comércio e os transportes.

1909 – 1ª Convenção: oficializou a zona de Competência, acordada em 1905, definiu entre 50 e 55% o tráfego que devia passar pelo porto de Lourenço Marques.

1914 – Acordo introduz a cláusula do paralelo 22.

1928 – 2ª Convenção: restabelece as cláusulas sobre o porto, caminhos-de-ferro e comércio. Introduziu o pagamento diferido obrigatório.

1965 – Acordo que liberaliza o recrutamento de mão-de-obra.

Cronologia

As Fronteiras de Moçambique

1823-	<i>Inglaterra reclama senhorio dos rios e territórios Tembe, Maputo Inhaca e ilhas deste nome a sul da baía de Lourenço Marques.</i>
1828	
1852	<i>Formada a República do Transvaal.</i>
1854	<i>Formado o Estado Livre de Orange.</i>
1858	<i>Livingstone inicia exploração do Lago Niassa e do rio Shire.</i>
1861	<i>Bandeira inglesa é içada na Inhaca.</i>
	<i>- Pretorius, presidente do Transvaal, declara pertencer à sua República o território confinante com a Baía de Maputo</i>
1869	<i>- 29 de Julho. Tratado de paz amizade e comércio entre Portugal e o Transvaal pelo qual foi reconhecida a soberania de Portugal em todas as terras à volta da Baía de Maputo até a latitude 26°30'S.</i>
1872	<i>Portugal e Inglaterra concordaram em enviar à arbitragem do presidente francês a questão de Lourenço Marques.</i>
1875	<i>24 de Julho. Arbitragem internacional de Mac Mahon, presidente francês, sobre os limites a Sul de Moçambique feita a favor de Portugal.</i>
1877-	<i>Anexação britânica do Transvaal.</i>
1881	
1888	<i>Bandeira portuguesa é içada na Catembe.</i>

1884-1885	<i>Conferência de Berlim.</i>
1885	<i>12 de Outubro. Tratado entre Portugal e Ngungunhane em que este reconhece a soberania portuguesa e se reconhece vassalo de Portugal.</i>
1886	<i>Maio. Convenção de limites entre França e Portugal em que o primeiro reconhecia a soberania portuguesa nos territórios entre Angola e Moçambique. Dezembro. Tratado entre Portugal e Alemanha reconhecendo o direito de Portugal exercer a sua influência entre Angola e Moçambique.</i>
1887	<i>Publicação do Mapa Cor-de-Rosa.</i>
1888	<i>30 de Junho. Delimitação da fronteira entre Moçambique e Swazilândia. Outubro-Dezembro. Expedição de Paiva de Andrade a Gaza.</i>
1888-1889	<i>Expedições portuguesas para a ocupação de territórios em disputa com a Inglaterra no Lago Niassa, Chire e Manica</i>
1889	<i>Fundada a British South Africa Company (BSAC) por Cecil Rhodes. Fev/Nov. Expedição de Paiva de Andrade a Manica e Rodésia (planalto do Zimbabwe).</i>
1889-1890	<i>Nov./Jan. Conflito Luso – Makololo.</i>
1890	<i>11 de Janeiro. Ultimato britânico a Portugal. 20 de Agosto. Primeiro tratado de fronteiras luso-britânico sobre os limites e áreas de influência. Não é rectificado por Portugal. 14 de Novembro. Assinatura de um Modus-Vivendi entre Portugal e Inglaterra a vigorar até à assinatura de acordo de fronteiras. 15 de Novembro. Prisão de Paiva de Andrade e Manuel de Sousa em Macequece 19 de Novembro. Ocupação Britânica de Manica</i>
1891	<i>11 de Junho. Tratado de fronteiras entre Portugal e Inglaterra.</i>
1893	<i>Modus-Vivendi enquanto o acordo de 11 de Junho não é aplicado.</i>
1895	<i>Acordo fixa definitivamente a linha de fronteira na região dos Amatongas.</i>
1898	<i>Acordo secreto entre Inglaterra e Alemanha sobre a partilha de Angola e Moçambique.</i>
1899	<i>Acordo entre Portugal e Inglaterra sobre a neutralidade portuguesa na guerra Anglo-Boer em troca da protecção inglesa aos territórios ultramarinos portugueses.</i>

As Companhias

1877	<i>Paiva Raposo obteve uma concessão para o desenvolvimento de uma companhia de ópio, com produção de papoilas.</i>
1878	<i>Paiva de Andrade organizou a “Societé des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze” que teve concessões no vale do Zambeze. Faliu pouco depois.</i>
1884	<i>Companhia de Ophir novamente por Paiva de Andrade e com concessões em Manica e Sofala. Também faliu.</i>
1888	<i>Fundação da Companhia de Moçambique (Não Majestática).</i>
1889	<i>A Companhia de Moçambique faz acordo com Ngungunhane pelo qual obtém direitos mineiros em Manica.</i>
1890	<i>Criada a Companhia de Açúcar de Moçambique (Mopeia).</i>
1891	<i>Reestruturação da C. de Moçambique e elevação à condição de Companhia majestática. Fundada a Companhia do Niassa.</i>
1892	<i>Fundação da Companhia da Zambézia.</i>
1894	<i>A Companhia do Niassa toma posse dos territórios do Niassa e Cabo Delgado.</i>
1897	<i>Grupo financeiro “Ibo Syndicate” controla maior parte dos interesses da companhia.</i>
1899	<i>A “Ibo Investment Trust” passa a controlar a Companhia do Niassa.</i>
1900	<i>Fundada a Soc. Açucareira da África Oriental, que construiu a fábrica de Marromeu.</i>
1902-1904	<i>A companhia da Zambézia ocupa militarmente a área entre Tete e Niassalândia.</i>
1908	<i>A “Nyassa Consolidated” assume o controlo da Companhia do Niassa.</i>
1910	<i>Fundada a Sena Sugar Factory por Hornung- fundou a fábrica de Caia.</i>
1913-14	<i>Consórcio Alemão obtém maioria das acções da Companhia do Niassa.</i>
1920	<i>Todas as companhias do açúcar do Zambeze foram integradas na Sena Sugar Estates.</i>
1929	<i>Extinta a Companhia do Niassa.</i>
1942	<i>Companhia de Moçambique perde direitos majestáticos.</i>

Trabalho Migratório

1850-1860	<i>Início da migração de moçambicanos para as plantações de cana-de açúcar do Natal.</i>
-----------	--

1867	<i>Descoberta das minas de diamantes em Kimberley – intensifica-se a migração de moçambicanos para a África do Sul.</i>
1877	<i>Oficializada migração para o Natal e Cabo.</i>
1885	<i>Governo português declara livre e legal a emigração de trabalhadores contratados, através do porto de Inhambane.</i>
1886	<i>Descoberta das minas de ouro de Witwatersrand – intensifica-se mais ainda a procura de mão-de-obra.</i>
1889	<i>Formada a Câmara das minas na África do Sul.</i>
1891	<i>Governo português institui o uso do passaporte.</i>
1896	<i>Mouzinho de Albuquerque autoriza a emigração voluntária para a África do Sul.</i>
1897	<i>Criada pela Câmara das minas a “Rand Native Labour Association” (WENELA). 18 de Novembro. “Regulamento para o engajamento de indígenas da Província de Moçambique para o trabalho na República Sul-Africana”.</i>
1899-1902	<i>Guerra anglo-boer. Paralisa a indústria e o recrutamento de mão-de-obra diminui.</i>
1901	<i>Assinatura de um Modus-Vivend.</i>
1903	<i>WENELA obtém direitos exclusivos de recrutamento.</i>
1907	<i>Criada a Secretaria dos Negócios Indígenas e Emigração junto ao Governador – Geral.</i>
1909	<i>Criada a Secretaria dos Negócios Indígenas (SNI) que passou a supervisionar o recrutamento de trabalhadores para as minas e para o uso interno.</i>
1910	<i>Convenção de 1909 entre Moçambique e o Transvaal.</i>
1913	<i>Criada a Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração em Lourenço Marques.</i>
1914	<i>Proibido o recrutamento de trabalhadores para o Transvaal a Norte do paralelo 22° S.</i>
1921	<i>4 de Julho. Acordo suplementar ao de 1913.</i>
1923	<i>Brito Camacho, Alto-comissário em Moçambique denuncia a Convecção de 1909.</i>
1928	<i>Modus-Vivendi com base na convenção de 1909.</i>
	<i>Convenção entre Portugal e África do Sul sobre o trabalho migratório que propôs restrições ao recrutamento.</i>

Política Laboral

1895	<i>1º Código de Trabalho. Regulamenta o imposto e introduz a categoria de “Serviçais”.</i>
1878	<i>21 de Novembro. Decreto aprova o regulamento de serviçais e colonos na África portuguesa.</i>
1892	<i>Julho. Introdução do Imposto de Palhota.</i>

1894	<i>Substituição da pena de prisão pela de trabalho correcional. O imposto de palhota passa a ser obrigatoriamente pago em dinheiro.</i>
1899	<i>Código de Trabalho de António Eanes aplicável nas áreas sob controlo do governo Consagrado o princípio do trabalho obrigatório/compelido.</i>
1911	<i>Novo código de trabalho repete quase integralmente o de 1899. Proibido o recrutamento de trabalhadores para a África do Sul a Norte do paralelo 22ºS.</i>
1913	<i>4 de Outubro. Determinada a inscrição dos indígenas que prestam serviço dentro da área da cidade e seus subúrbios.</i>
1914	<i>Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas das colónias portuguesas.</i>
1917	<i>Portaria do assimilado diferencia “indígena” do “não indígena”. Greve dos trabalhadores ferroviários de Moçambique.</i>
1918	<i>Proibida a apresentação em Lourenço Marques de qualquer indígena sem livre-trânsito.</i>
1919	<i>Publicado o 1º Regulamento de Identificação que introduziu o “Bilhete de Identidade” Greve do pessoal dos carros eléctricos de Lourenço Marques.</i>
1920	<i>Greve dos trabalhadores ferroviários de Lourenço Marques.</i>
1925	<i>Greve dos estivadores de Lourenço Marques. Greve dos trabalhadores ferroviários de Lourenço Marques. Introduzida a “Caderneta de Identificação e Trabalho” (Caderneta Indígena).</i>
1926	<i>Cultivo forçado do algodão. Greve dos trabalhadores do porto da Beira.</i>
1928	<i>“Código do Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África”.</i>



EXERCÍCIOS

1. **Assinale a razão que levou Portugal a atribuir, aos senhores de terras, títulos de capitão e sargento-mor no século XIX.**
 - A. “gratificação” pela entrega, à coroa, das terras conquistadas em guerras ou raides de caça ao escravo.
 - B. Era uma forma de atrair o capital internacional.
 - C. Forma de protesto contra a fixação de estrangeiros no Chire e Báruè e do estabelecimento da BSAC na Mashonalândia.
 - D. Forma de Portugal precaver-se da ameaça que a fixação de estrangeiros representava

- A. Companhia de Moçambique. C. Companhia da Zambézia.
- B. Companhia do Niassa. D. Companhias majestáticas.

10. Um dos mecanismos que o governo português encontrou para controlar o capital estrangeiro nos territórios da Companhia de Moçambique foi:

- A. Imposição de um corpo administrativo de maioria portuguesa.
- B. Instalar a sede da companhia em Lisboa.
- C. Manter a companhia portuguesa com a sua sede em Lisboa.
- D. Instalar a companhia em Manica e Sofala.

11. A cobrança de impostos constituiu uma das primeiras acções rumo à transformação da economia camponesa numa economia de mercado porque...

- A. Através dos impostos as autoridades coloniais pretendiam coagir os camponeses a trabalhar como assalariados.
- B. No território da Companhia de Moçambique existiam duas modalidades de impostos.
- C. O mussoco era uma renda em géneros já tradicional entre as populações locais.
- D. O imposto de palhota foi introduzido em 1892, sendo inicialmente pago de forma facultativa em dinheiro ou em géneros.

12. A atribuição de direitos majestáticos à Companhia de Moçambique foi feita pelo:

- A. Decreto de 11 de Fevereiro de 1890
- B. Decreto de 11 de Fevereiro de 1891
- C. Decreto de 26 de Março de 1926
- D. Decreto de Junho de 1891

13. A construção do Porto da Beira foi entre:

- A. 1885 – 1891
- B. 1900 – 1907
- C. 1925 – 1929
- D. 1929 – 1936

14. As plantações eram:

- A. Destinadas à produção de milho, fruticultura e hortícolas.
- B. Mais exigentes em termos de capital que as outras plantações.
- C. Viradas à produção de matérias-primas.
- D. Um prolongamento da agricultura colona.

15. Os objectivos dos agricultores colonos em Manica e Sofala nas lutas de classes de 1913-1936 eram:

- A. Transformar os camponeses em trabalhadores assalariados.
- B. Transformar os camponeses africanos em força de trabalho barato.
- C. Impedir a produção do milho por parte dos camponeses africanos.
- D. Alargar as terras dos camponeses africanos.

16. A Comissão Directora do Comércio de Milho foi criada como um órgão de:

- A. Coordenação agrícola para a assistência directa aos agricultores.
- B. Preservação e protecção do mercado local e externo do milho.
- C. Criação de incentivos ao campesinato africano através da discriminação de preços.
- D. Expropriação dos camponeses africanos a favor dos colonos.

17. Os regulamentos da principal legislação dos territórios de Manica e Sofala vieram:

- A. Introduzir o recrutamento de moçambicanos para a África do Sul.
- B. Acabar com o trabalho forçado nos territórios de Manica e Sofala.
- C. Estabelecer um sistema de descentralização da força de trabalho.
- D. Proibir o recrutamento para fora de Manica e Sofala.

18. A Associação dos Agricultores de Manica e Sofala era uma organização que:

- A. Englobava os agricultores colonos e os pequenos agricultores africanos.
- B. Foi-lhe proibida qualquer representação da Repartição do trabalho Indígena.
- C. Protegia os interesses dos agricultores colonos.
- D. Protegia as grandes plantações.

19. As companhias majestáticas em Moçambique foram:

- A. Companhia do Niassa e Companhia da Zambézia
- B. Companhia de Moçambique e Companhia do Buzi
- C. Companhia do Niassa e Companhia de Moçambique
- D. Companhia de Moçambique e Companhia da Zambézia

20. A primeira medida adoptada pela Companhia de Moçambique para forçar o campesinato para o trabalho assalariado foi:

- A. Introdução do trabalho forçado.
- B. Instituição do imposto em géneros.
- C. Instituição do imposto em dinheiro.
- D. Instituição do imposto de palhota.

21. O absentismo nas plantações foi travado através da(o):

- A. Redução do volume de trabalho nas plantações
- B. Introdução do trabalho por tarefa e cobrança de impostos
- C. Respeito pelos direitos humanos
- D. Crescimento da produção alimentar

22. Com a extinção da Companhia do Niassa em 1929, a administração do Niassa e Cabo Delgado passou para:

- A. Governo Sul-africano.
- B. Governo Colonial Português.
- C. Companhia de Moçambique.
- D. Companhia da Zambézia.

23. A Companhia do Niassa foi criada:

- A. Antes de 1891
- B. Em 1891
- C. Em 1892
- D. Em 1894

- 24. O grupo financeiro interessado no recrutamento de mão-de-obra para as minas foi:**
- A. Ibo Investment Trust
 - B. Niassa Consolidated;
 - C. Niassa Investment Trust
 - D. Ibo Consolidated
- 25. O Código de Trabalho de Indígena de 1875 defendia que:**
- A. Os africanos não precisavam de trabalhar para serem livres.
 - B. Os africanos precisam de trabalhar para serem civilizados.
 - C. Os africanos precisavam de trabalhar para serem livres.
 - D. Os africanos precisavam de trabalhar para serem subjugáveis.
- 26. Uma das formas de exploração usada pela Companhia do Niassa foi:**
- A. Exportação de mão-de-obra
 - B. Monopólio das taxas aduaneiras de importação e exportação
 - C. Pagamento de impostos em numerário e género
 - D. Pagamento de impostos em numerário e recrutamento da mão-de-obra
- 27. Para o monopólio da actividade de exportação da mão-de-obra o Capital Sul-Africano foi representado pela(o)**
- A. British South Africa Company
 - B. Companhia da Zambézia
 - C. Witwatersrand Native Labour Association
 - D. WENELA e a Companhia da Zambézia
- 28. Em 1901, o recrutamento de moçambicanos para Transvaal foi interrompido devido à:**
- A. Guerra entre os bóeres e os zulo.
 - B. Guerra entre os bóeres e os ingleses.
 - C. Contestação de trabalhadores sul-africanos à contratação de estrangeiros.
 - D. Recusa dos moçambicanos em migrar para África do Sul.
- 29. A convenção de 1909 culminou com uma das seguintes disposições:**
- A. Introdução do sistema do pagamento diferido a título voluntário.
 - B. Redução de moçambicanos nas minas do Transval.
 - C. Proibição do recrutamento para além do paralelo 22ºS
 - D. Autorização de novas empresas recrutadoras

30. A principal disposição da cláusula do paralelo 22º era a:

- A. Proibição do recrutamento ao Norte do paralelo 22º
- B. Proibição do recrutamento a Sul do paralelo 22º
- C. Garantia o monopólio do recrutamento à WENELA.
- D. Recrutamento de trabalhadores do Sul e do Norte do paralelo 22º.

31. A 2ª convenção (1928) entre Moçambique e RSA estabelecia:

- A. O sistema de pagamento diferido (numa base voluntária) e a possibilidade de o governo cobrar os impostos nas minas.
- B. Um sistema de pagamento diferido obrigatório
- C. O monopólio do recrutamento da mão-de-obra moçambicana pela WENELA.
- D. Intensificação das medidas repressivas que obrigavam os camponeses sul-africanos a trabalhar nas minas.

32. As agências recrutadoras autorizadas a operar em Moçambique, com base no acordo de 1965, podiam recrutar trabalhadores para:

- A. As Minas não filiadas na câmara das minas e para agricultura.
- B. As Minas não filiadas na câmara das minas.
- C. A agricultura e construção de estradas.
- D. As minas e plantações da Rodésia do Sul.

33. As áreas de Moçambique reservadas exclusivamente ao recrutamento de moçambicanos para África do Sul eram:

- A. Inhambane, Maputo e Nampula.
- B. Inhambane, Gaza e Maputo.
- C. Cabo-Delgado, Manica e Tete.
- D. Gaza Inhambane e Manica.

34. Antes de 1913, a “Lewis and Marks”, actuou em Moçambique fornecendo trabalhadores às minas do Transval a partir da:

- A. Companhia de Moçambique.
- B. Companhia do Niassa.
- C. Companhia da Zambézia.
- D. Região Sul do Save

35. As agências recrutadoras autorizadas a operar em Moçambique, com base no acordo de 1965, eram:

- A. WENELA, TEBA e ALGOS
- B. Companhias de Moçambique e Niassa
- C. ALGOS, NRC e Câmara das minas
- D. ATAS, CAMON e ALGOS

36. O ano de 1975 constituiu o auge do recrutamento em Moçambique porque:

- A. O governo sul-africano deixou de fazer o pagamento diferido.
- B. O Malawi interrompeu o envio de mão-de-obra a RSA - 1974.
- C. Houve desinteresse dos sul-africanos, malawianos e tswanas.
- D. Moçambique proclamou a sua independência.

37. A decisão do governo sul-africano (1986) de expulsar trabalhadores moçambicanos e proibir novos recrutamentos resultou de:

- A. A extinção das companhias majestáticas.
- B. Desinteresse do sector mineiro em contractar moçambicanos.
- C. Reclamação dos trabalhadores africanos da África do Sul.
- D. Pressões políticas sul-africanas contra o governo moçambicano.

**SÍNTESE****5.1 O Nacionalismo Económico de Salazar**

A partir de 1930, um novo período se inicia na História de Moçambique – o Colonial - Fascismo.

Em Portugal, a crise mundial de 1929 a 1934 levou ao reforço da estratégia, esboçada desde 1926, de valorização dos recursos de Moçambique no interesse da burguesia portuguesa, através da exploração directa e mais intensa da população moçambicana, reduzindo ao indispensável o uso dos capitais nacionais e estrangeiros. É o nacionalismo económico de Salazar que nas colónias teria como pedra de toque o Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1930.

O “Nacionalismo Económico” centralizou os poderes legislativo e financeiro nas mãos do Ministro das Colónias e visava colocar Portugal a par das restantes potências colonizadoras, sobretudo em termos de capacidade de dominar e explorar os territórios ultramarinos.

Tendo em conta estes objectivos, Portugal tomou uma série de medidas a nível político, económico e social.

Política

Publicou o Acto Colonial de 1930 que fez cessar os privilégios políticos das grandes companhias majestáticas, o que levou a não renovação das amplas concessões obtidas antes de 1930.

Em 1933 foi tornada pública a Reforma Administrativa Ultramarina, pela qual a administração local ficou sujeita ao mandato efectivo de Lisboa, assegurando-se, assim, os interesses da burguesia portuguesa.

A administração da colónia foi unificada estabelecendo-se uma hierarquia que ia do governador-geral ao régulo. Neste processo, José Tristão Bettencourt, governador-geral desde 1940, desempenhou um trabalho notável na dinamização do aparelho estatal colonial, coordenando todas as actividades que beneficiassem Portugal.

Assinatura do Acordo Missionário e da Concordata com a Santa Sé pelos quais a igreja Católica assumiu a responsabilidade de civilizar e instruir os indígenas.

Economia

O estado colonial passou a dominar toda a política laboral, especialmente através da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas; tomou igualmente a responsabilidade da execução dos recenseamentos, da cobrança de impostos, etc.

Com vista a dinamizar o desenvolvimento da indústria têxtil portuguesa, foi introduzido a cultura forçada de algodão em 1926, sendo os camponeses obrigados a vendê-lo a preços e quantidades estipulados pelo estado colonial, a concessionárias portuguesas (Junta de Exportação de Algodão Colonial, criada em 1938).

Mais tarde, seria introduzida a cultura do arroz nos mesmos moldes.

Uma das principais fontes de rendimento do estado colonial português era o imposto. O estado colonial aperfeiçoou a cobrança do “imposto indígena”, diversificou as modalidades e avolumou os seus montantes – foi o que aconteceu em 1942 com a criação do imposto reduzido indígena para as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas a mais de três anos.

A necessidade de exploração dos recursos de Moçambique após as companhias levou o estado colonial a introduzir os planos de fomento:

- 1953-1958 Primeiro Plano de Fomento contemplando as áreas dos caminhos-de-ferro, portos e transportes aéreos; o aproveitamento de recursos e povoamento (criação de colonatos). A principal obra que surgiu no contexto deste plano de fomento foi a linha férrea Lourenço Marques – Malvénia (hoje Chicualacuala). O primeiro plano não previa investimentos nas áreas de investigação científica, saúde pública e educação.
- 1959-1964 – Segundo Plano de Fomento – Privilegiou igualmente investimentos nos sectores público e privado. A indústria continuava a não estar contemplada. Foram dirigidos alguns investimentos para a saúde e melhoramentos locais.

Sociedade

A sociedade encontrava-se dividida em diferentes extractos: Cidadãos, mulatos e indianos, assimilados e indígenas. A prestação de serviços à população era, pois, feita de acordo com

esta diferenciação. Por exemplo, os cidadãos, asiáticos, mulatos e assimilados beneficiavam-se do ensino ministrado nas escolas oficiais, enquanto aos indígenas estavam reservadas as escolas missionárias.

5.2 A Resistência à dominação colonial

As práticas abusivas das autoridades coloniais levaram ao surgimento das mais diversas formas de contestação ao regime tanto no campo como nas cidades. As fugas, greves, manifestações artísticas e culturais, as manifestações estudantis e até a constituição de agrupamentos patrióticos de exilados, entre outras são algumas formas que a resistência ao colonialismo em Moçambique assumiu até à década de 1960.

1932 – Grémio Africano de Manica e Sofala funda o jornal “Voz Africana”.

1932 – Greve no Porto da Beira.

1933 – Greve da Quinhenta em Lourenço Marques.

1939 – Revolta Muta Hanu em Mossuril.

1945 – Criado o Movimento dos Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM).

1947 – Greve nos cais de Lourenço Marques e nas plantações de Gaza.

1949 – Criação do NESAM – Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique.

O desencadeamento da Segunda Guerra Mundial (antifascista e anti-racista), o desenvolvimento do bloco socialista mundial, os congressos pan-africanistas, a criação e acção da ONU, a Conferência de Bandung (1955) entre outros factores contribuíram para um despertar da consciência nacionalista em África, levando a constituição de movimentos políticos claramente determinados a lutar pela independência.

Em Moçambique a repressão fascista a todas as actividades políticas impediu que esses grupos se constituíssem e actuassem a partir de Moçambique pelo que surgiram nos países vizinhos. O primeiro a ser fundado foi a UDENAMO em Salisbúria – Rodésia (actual Zimbabwe) em 1960. No ano seguinte foram fundadas a UNAMI em Dar-es-Salam (Tanzânia) e MANU em Mombaça (Quénia). Da unificação destes três movimentos, surgiu a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962.

Após cerca de 2 anos de organização e preparação, iniciou a Luta Armada de Libertação Nacional liderada pela FRELIMO. A guerra durou 10 anos e terminou com a vitória da FRELIMO, selada pelos acordos de Lusaka no dia 7 de Setembro de 1974. Passados 9 meses, no dia 25 de Junho de 1975, foi proclamada a independência de Moçambique.

Proclamada a independência, o novo estado seguiu uma orientação socialista, com uma economia centralmente dirigida. Nesse âmbito, foram desenhados e implementados planos económicos, entre eles: o Plano Estatal Central (PEC), o Plano Perspectivo Indicativo (PPI), o Plano de Reabilitação Económica (PRE) e o Plano de Reabilitação Económica e Social (PRES).

As diferenças em relação à orientação política do novo estado, aliado ao contexto internacional, levaram a uma Guerra interna que durou cerca de 16 anos, com enormes consequências na vida política, económica e social do país.

Na busca de uma solução para o conflito, foi aprovada em 1990 uma nova Constituição que introduziu o multipartidarismo, abrindo espaço para o surgimento de outras forças políticas. O novo rumo estabelecido pela Constituição de 1990 permitiu a assinatura do Acordo de Paz em Roma, no dia 4 de Outubro de 1992.

A aprovação de uma nova Constituição em 1990 e os Acordos de paz de Roma iniciaram uma nova era de Moçambique independente, caracterizada por novas formas de convivência, nomeadamente:

- *Realização regular de eleições legislativas multipartidárias;*
- *Introdução de uma democracia parlamentar;*
- *Implantação de uma economia de mercado.*



EXERCÍCIOS

I. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas.

Afirmações	V/F
1. Com o nacionalismo económico o poder legislativo e financeiro foi descentralizado para os governadores-gerais das colónias.	
2. O Nacionalismo Económico visava colocar Portugal no nível das outras potências, em termos de capacidade de dominar e explorar as colónias.	
3. O estado novo nasceu do golpe de estado de 1926 e consolidou-se em 1930 com a ascensão de Salazar a primeiro-ministro.	
4. O estado novo surgiu com a subida de Salazar a primeiro-ministro e consolidou-se com o golpe de estado de 1930.	

5. O estado novo nasceu do golpe de estado de 1926 e consolidou-se em 1928 com a ascensão de Salazar a primeiro-ministro.	
6. O estado novo nasceu do golpe de estado de 1930 e consolidou-se em 1933 com a ascensão de Salazar a primeiro-ministro.	
7. Salazar manteve os laços com a África do Sul pois entendia que o corte desses laços implicaria o fecho de uma importante fonte de riqueza.	
8. Ao manter os laços com a África do Sul, Salazar pretendia manter o apoio a um aliado tradicional.	
9. Ao manter o envio de mão-de-obra a África do Sul, Salazar contou com o apoio dos colonos.	
10. Ao manter o envio de mão-de-obra a África do Sul, Salazar enfrentou protestos dos colonos, que reclamavam a falta de trabalhadores para as suas herdades.	
11. As bases da assimilação em Moçambique foram lançadas pelo ensino missionário para os africanos.	
12. A assimilação dos africanos teve as suas origens no acto colonial de 1930.	
13. A assimilação pretendia arrastar parte dos africanos a favor da portugalidade servindo de ponte entre a população da colónia e o poder colonial.	
14. A portugalização foi sempre limitada para evitar que os assimilados reivindicassem direitos iguais aos brancos.	
15. Com a portugalização os assimilados tinham direitos iguais aos brancos e tinham livre acesso às cidades.	
16. Os camponeses usavam os meios de produção da companhia mas podiam vender a colheita à companhia que lhes pagasse melhor.	
17. Os camponeses usavam os meios de produção da companhia que lhes forneceu as sementes e eram obrigados a vender a colheita à mesma.	
18. Os camponeses usavam os seus próprios meios de produção e vendiam a colheita à companhia que lhes pagasse melhor.	
19. Os camponeses usavam os seus próprios meios de produção e vendiam a colheita à companhia que forneceu as sementes.	

II. Relacione.

20. Relaciona cada um dos nacionalistas à sua obra:

1. Eduardo Mondlane	A. Um dos fundadores da UDENAMO
2. José Albazine	B. Foi membro fundador da FRELIMO
3. José Craveirinha	C. Um dos fundadores do NESAM

4. Adelino Guambe	D. Promotor da unificação dos movimentos nacionalistas e formação de uma frente única
5. Marcelino dos Santos	E. Um dos fundadores do jornal “Brado Africano”

III. Assinale a resposta correcta.

21. Quais são os colonatos criados em Moçambique?

- A. Limpopo, Save e Zambeze C. Save, Zambeze e Lúrio
 B. Limpopo, Révuè e Sussundenga D. Nova Madeira, Lúrio e Quiteve

22. Quais eram os requisitos para ser assimilado?

- A. Ser de origem europeia, ser católico e não ser polígamo
 B. Ser africano, convertido ao catolicismo e não ser polígamo
 C. Ter concluído o ensino rudimentar, conhecer a História e Geografia de Moçambique e ser polígamo
 D. Falar e escrever fluentemente a língua portuguesa, ter um emprego formal e ter pelo menos duas esposas

23. Os objectivos da educação rudimentar em Moçambique eram:

- A. formar colaboradores do sistema colonial e desenraizar os africanos da sua cultura.
 B. formar técnicos capazes de assegurar o desenvolvimento industrial em Moçambique.
 C. incutir a cultura portuguesa nos filhos dos colonos e criar revolta nos africanos.
 D. valorizar os hábitos e costumes dos africanos e evitar a mistura de culturas.

24. Qual era a explicação das autoridades coloniais para a separação entre ensino missionário e o ensino oficial?

- A. Os africanos ainda estavam por civilizar enquanto os brancos mulatos e assimilados já eram civilizados.
 B. As crianças africanas entravam tarde na escola da missão;
 C. As crianças africanas reprovavam muito;
 D. O limite de idade para o ingresso na escola secundária era 12/13 anos e o custo das propinas era insuportável para os africanos.

25. Desde o estabelecimento da república até 1926 a vida política portuguesa caracterizou-se por:

- A. Estabilidade, pois, vários ministérios sucederam-se ao longo desse período.
 B. Instabilidade que se manifesta em constantes trocas no Governo português.

- C. Ascensão de Salazar ao poder e implantação do fascismo em Portugal.
 - D. Ocupação de mais colónias em África, Ásia e América.
- 26. Com a cessação dos poderes majestáticos da Companhia de Moçambique os territórios de Manica e Sofala:**
- A. Tornaram-se territórios autónomos
 - B. Foram integrados na administração de todo o território, no quadro da política nacionalista de Salazar.
 - C. Passaram para a administração do Zimbabwe
 - D. Juntaram-se aos territórios do Sul do paralelo 22º tornando-se reservatório de mão-de-obra para África do sul
- 27. Quais eram as obrigações das colónias portuguesas no âmbito do Estado Novo de Salazar?**
- A. Fornecer força de trabalho para as empresas capitalistas e dos colonos.
 - B. Abrigar nacionais portugueses relegados ao desemprego.
 - C. Reduzir o poder das companhias, reduzindo-as à sua base produtiva.
 - D. Produzir matéria-prima para vender à metrópole em troca de produtos manufacturados.
- 28. Que medidas tomou o Estado Novo para acelerar a acumulação de capital?**
- A. Destroçou as organizações do proletariado e tentou integrá-las no sistema corporativo.
 - B. Atraiu capitais estrangeiros para minimizar a escassez interna.
 - C. Estimulou as organizações do proletariado e tentou integrá-las no sistema corporativo.
 - D. Intensificou a exploração colonial e utilizou o intervencionismo estatal na economia.
- 29. O lançamento das bases do “Nacionalismo Económico” visando pôr a economia moçambicana verdadeiramente ao serviço de Portugal ocorreu.**
- A. Entre 1910 e 1926
 - B. Entre 1930 e 1937
 - C. Em 1930
 - D. Entre 1937 e 1940
- 30. Algumas acções levadas a cabo para pôr a economia moçambicana verdadeiramente ao serviço de Portugal foram:**
- A. Centralização administrativa e política e Redução dos direitos das Companhias.
 - B. Criação de companhias.
 - C. Estreitamento das relações com a África do Sul.
 - D. Promoção da cultura do algodão e criação de companhias.

31. Uma das consequências da crise económica mundial nas colónias foi:

- A. Redução da produção e dos preços de matérias-primas.
- B. Aumento da produção.
- C. Aumento de preços, sobretudo do amendoim, milho, copra, açúcar e sisal.
- D. Diminuição dos preços do caju e algodão.

32. A Junta de Exportação de Algodão Colonial foi criada em:

- A. 1936
- B. 1937
- C. 1938
- D. 1939

33. Quais eram os objectivos do ensino missionário para os africanos?

- A. Obrigar todas as crianças africanas de 7-10 anos residindo num raio 3 km de uma missão a frequentar a escola da missão.
- B. Formar academicamente os africanos para que fossem capazes de frequentar níveis mais altos incluindo a Universidade.
- C. Dotar os africanos de hábitos e aptidões de trabalho de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais.
- D. Levar os africanos a abandonar a ociosidades e preparar futuros trabalhadores rurais e artífices.

34. O Acto Colonial renovou o papel especial da igreja católica na colonização, pois...

- A. colocou fim a separação entre a igreja e o estado.
- B. foi o primeiro documento que regulava as relações entre a igreja e o estado.
- C. definia uma nova política que defendia a redução da dependência em relação ao capital estrangeiro.
- D. concedeu às missões católicas privilégios para se tornarem instrumentos de civilização e influência nacional nas colónias.

35. Nas escolas indígenas a língua de ensino:

- A. Era obrigatoriamente a língua portuguesa.
- B. Eram obrigatoriamente as línguas locais.
- C. Eram obrigatoriamente a língua portuguesa e as línguas locais.
- D. Eram obrigatoriamente alternada a língua portuguesa e as línguas locais.

TÓPICOS DE CORRECÇÃO/SOLUÇÕES

UNIDADE DIDÁCTICA 1 - HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

1. C	2. B	3. A-3; B-3; C-3; D-4
4. F	5. V	6. V
7. F	8. F	9. V
10. V	11. F	12. A- arqueológicas; B – orais; C – diplomáticas; D – epigráficas; E – literárias; audiovisuais

UNIDADE DIDÁCTICA 2 - MOÇAMBIQUE: DA COMUNIDADE PRIMITIVA AO SURGIMENTO DAS SOCIEDADES DE EXPLORAÇÃO

1. B	2. C	3. C
4. C	5. B	6. C
7. B	8. A	9. C
10. A	11. A	12. B
13. B	14. C	

UNIDADE DIDÁCTICA 3 - OS ESTADOS DE MOÇAMBIQUE E A PENETRAÇÃO MERCANTIL ESTRANGEIRA

1-B	7-C	13-B	19-C	25-A	31-V
2-B	8-B	14-C	20-A	26-V	32-V
3- B	9-D	15-C	21-A	27-F	33-F
4- D	10-B	16-B	22-C	28-F	
5-A	11-B	17-C	23-B	29-V	
6-B	12-A	18-C	24-C	30-F	

UNIDADE DIDÁTICA 4 - O PERÍODO IMPERIALISTA

1-D	6-A	11-A	16-A	21-B	26-A	31-B	36-B
2-D	7-A	12-B	17-D	22-B	27-C	32-A	37 - D
3- B	8-C	13-C	18-C	23-B	28-B	33-B	
4-B	9-A	14-C	19-C	24- A	29-A	34-B	
5-B	10-C	15-A	20-B	25-B	30-A	35-D	

UNIDADE DIDÁTICA 5 - O COLONIAL –FASCISMO: 1930 – 1974

1-F	7-V	13-V	19-V	25-B	31-C
2-V	8-F	14-V	20- 1-D; 2-E; 3-C; 4-A; 5-B	26-B	32-A
3- V	9-F	15-F	21-B	27-D	33-C
4-F	10-V	16-F	22-B	28-D	34-C
5-F	11-V	17-F	23-A	29-B	
6-F	12-F	18-F	24-A	30-A	



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AAVV. (1983) - História de Moçambique. Agressão Imperialista, vol II, Maputo, UEM.
2. Bohaen, A. A. (ed) (1991). História Geral da África: A África sob dominação colonial, 1880-1935, vol VII. Paris: UNESCO/Ática.
3. Hedges, David (ed) (1993). História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961, vol. III. Maputo: UEM.
4. Medeiros, E. (1988). As etapas da escravatura no norte de Moçambique. Maputo: Edição do Arquivo Histórico de Moçambique.
5. Mondlane, E. (1995). Lutar por Moçambique. Maputo: Minerva central.
6. Newitt, M. (1997). História de Moçambique. Lisboa: Publicações Europa-América.
7. Nhampulo, T.(s.d). História 12ª Classe, Plural Editores, Maputo.
8. Souto, A. N. (1996). Guia Bibliográfico para o estudante da História de Moçambique. Maputo: UEM/CEA.